



**CERILUZ
DISTRIBUIÇÃO**

2019
1º de janeiro à 31 de dezembro



Nova Sede
Bairro Chácaras - Ijuí/RS

**Prestação de Contas
e Demonstrações Contábeis
Societárias**



CERILUZ DISTRIBUIÇÃO

CNPJ: 87.656.989/0001-74

Inscrição Estadual: 065/0021908

www.ceriluz.com.br

atendimento@ceriluz.com.br

Rua Reinoldo Schindler, 100, Bairro das Chácaras – Ijuí/ RS

CEP: 98.700-000

PRESTAÇÃO DE CONTAS E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

2019

SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE	6
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	8
1. PERFIL	8
1.1. A Ceriluz Distribuição	8
1.2. Ceriluz em Números	9
1.3. Gestão pela Qualidade Total	9
1.4. Política da Qualidade	10
1.5. Índice IASC de Satisfação ao Consumidor	10
2. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	12
2.1. Assembleia Geral	12
2.2. Assembleia Geral Ordinária	12
2.3. Assembleia Geral Extraordinária	12
2.4. Conselho de Administração	13
2.5. Conselho Fiscal	13
2.6. Auditores Independentes	13
3. GESTÃO DE PESSOAS E PROCESSOS	14
3.1. Atuação na Área Social	14
3.2. Segurança e Saúde Ocupacional	17
3.3. Outras Informações aos Associados	17
4. DESEMPENHO OPERACIONAL	19
4.1. DISTRIBUIÇÃO	19
4.1.2. Ligação de Consumidores	19
4.1.3. Consumidores por Município	20
4.1.4. Comportamento de Mercado	20
4.1.5. Balanço Energético em GWh	21
4.1.6. Ingressos/ Receita Líquida	22
4.1.7. Número de Consumidores	22
4.1.8. Tarifas	23
4.1.9. Reajuste Tarifário Anual	23
4.1.10. Bandeiras Tarifárias	24
4.1.11. Qualidade do Fornecimento	25
4.1.12. Atendimento ao Consumidor	27
4.1.13. Frota	29
4.1.14. Tecnologia da Informação	29
5. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO	30
5.1. Análise do Resultado	30
5.2. Variações Patrimoniais	30
5.4. Captações de Recursos	32
5.5. Valor Adicionado	32
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS	33
6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS	34
7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS	41
Nota 1 - Contexto Operacional	41
Nota 2 - Contratos de Permissão	41
Nota 3 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	41
Nota 4 - Alterações em Práticas Contábeis	42
Nota 5 - Sumário das Principais Práticas Contábeis	42
Nota 6 - Caixa e Equivalentes de Caixa	45
Nota 7 - Consumidores	46
Nota 8 - Serviços em Curso	47
Nota 9 - Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	47
Nota 10 - Depósitos Judiciais e Cauções	47
Nota 11 - Estoques	48

Nota 12 – Títulos e Valores Mobiliários	48
Nota 13 – Ativos Financeiros	48
Nota 14 – Dispêndios/ Despesas Pagas Antecipadamente	49
Nota 15 – Outros Ativos Circulantes	49
Nota 16 – Outros Ativos não Circulantes	49
Nota 17 – Investimentos	49
Nota 18 – Imobilizado e Intangível	50
Nota 19 – Fornecedores	52
Nota 20 – Empréstimos e Financiamentos	53
Nota 21 – Obrigações Sociais e Trabalhistas	54
Nota 22 – Tributos e Contribuições Sociais a Recolher	54
Nota 23 – Provisão para Litígios	55
Nota 24 – Encargos Setoriais	55
Nota 25 – Passivos Regulatórios	56
Nota 26 – Outros Passivos Circulantes	56
Nota 27 – Outros Credores	56
Nota 28 – Obrigações Vinculadas a Permissão	57
Nota 29 – Patrimônio Líquido	57
Nota 30 – Instrumentos Financeiros	58
Nota 31 – Ingressos/Receitas Operacionais	59
Nota 32 – Tributos sobre os Ingressos/Receitas	61
Nota 33 – Encargos da Parcela “A”	61
Nota 34 – Custos não Gerenciáveis – Parcela “A”	61
Nota 35 – Custos gerenciáveis – Parcela “B”	62
Nota 36 – Outros Ingressos/Receitas Operacionais	62
Nota 37 – Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	63
Nota 38 – Seguros	63
Nota 39 – Nota Explicativa DVA	63
Nota 40 – Informações por Segmento e Atividades de Negócios	63
9. PARECER DO CONSELHO FISCAL	65
10. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS	66

MISSÃO

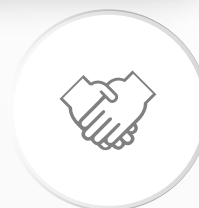
Melhorar a condição de vida do associado, gerando, e fornecendo energia de qualidade, com eficiência e de forma sustentável.

VISÃO

Da geração à distribuição, para além da energia.

VALORES

Ação e Transparência
Ética e Senso de Justiça
Intercooperação e Competência
Cidadania
Solidariedade
União
Zelo

NEGÓCIO

Gerar e comercializar energia dentro de sua área de ação, atendendo às necessidades dos consumidores das classes Rural, Residencial, Industrial, Comercial e Pública, focando a qualidade exigida para a realização de suas atividades diárias.

Senhoras e Senhores Associados,

Apresentamos a seguir o Relatório da Administração, através do qual divulgamos as principais atividades desenvolvidas no exercício de 2019 e apresentamos as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Um ano de consolidação. Talvez essa seja a ideia que resume o que foi a passagem de 2019 para a Ceriluz, com base na conquista do principal reconhecimento dado a uma distribuidora de energia: o Prêmio Índice Aneel de Satisfação do Consumidor – IASC 2018. A Ceriluz foi apontada pela Agência Nacional de Energia Elétrica como a melhor distribuidora de energia do Brasil, superando todas as demais cooperativas e também concessionárias, com uma média de satisfação de 85,93%. Importante dizer que quem nos deu essa nota não foi a agência, mas os associados da Cooperativa que responderam a um questionário. É a avaliação de quem usa diariamente a nossa energia.

Com essa aprovação a Ceriluz se consolida como uma Cooperativa de excelência, comprometida com seu quadro social, a qualidade da energia e com o bem-estar do seu público. Porém, essa mesma aprovação nos traz a responsabilidade de mantermos esse grau de excelência. Não almejamos ser sempre a melhor distribuidora, até porque, em geral, as cooperativas se encontram com níveis de satisfação muito próximos, ora uma despontando, ora outra. Aliás, vale dizer que as cooperativas, pela sua atuação próxima aos seus associados, se sobressaem quanto ao atendimento em relação às concessionárias. O principal, nesse caso, é manter esse elevado índice de satisfação, apontado pela Aneel como excelente. É o que vem acontecendo desde o início da pesquisa entre as cooperativas, em 2014, quando a Ceriluz sempre esteve entre as cinco melhores do Brasil.

Nosso desafio para 2020, esse novo ano que chega e, diga-se a passagem, nova década que inicia, é nos mantermos nesse caminho de valorização do associado. Temos desafios, entre eles, lutarmos por tarifas justas, de forma a não onerar nossos associados por essa qualidade. Acreditamos que estamos no caminho.

Outro importante desafio, possivelmente o maior deles, é ga-



rantir a qualidade da energia fornecida aos nossos associados. Não parece ser algo tão complexo, mas é. Pode-se perceber isso apenas olhando para os números de crescimento de demanda que registramos. Em comparação a 2018, a demanda cresceu 6,7% e se analisarmos os últimos dez anos, o consumo de energia por parte de nossos associados se elevou 67%. Isso é bastante e se o Brasil entrar em um ritmo de crescimento, que é o que todos esperam, essa elevação será ainda maior. Felizmente, já fazemos alguns anos que trabalhamos sempre nos precavendo quanto a isso. Recentemente ampliamos nossas subestações, em Ijuí e em Santo Augusto, pensando principalmente na oferta de energia para pivôs de irrigação nessas regiões. Se falharmos, perde a agricultura e a economia desses municípios. Agora, paralelo a obra da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Sede II Centenária, pertencente ao grupo Ceriluz, estamos investindo em nossa terceira subestação, outra que dará fôlego a todo o sistema regional de distribuição de energia.

Sempre há o que melhorar e estamos de olho nos gargalos. O prêmio IASC faz crescer a responsabilidade que temos com nossos associados, que pagam por essa energia e exigem não menos que o melhor. Queremos honrar esse título que nos foi concedido nesse ano que passou e o compromisso que nos foi repassado pelos associados.

Illoir de Pauli
Presidente da CERILUZ



**Prestação
de Contas
2019**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. PERFIL

1.1. A Ceriluz Distribuição

A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. – Ceriluz Distribuição é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, fundada em 20 de agosto de 1966, com sede na cidade de Ijuí, estado do Rio Grande do Sul e tem como principal objetivo o desenvolvimento sócio/econômico através da distribuição de energia elétrica e serviços de interesse de seu quadro de associados pessoas físicas ou jurídicas.

A Cooperativa CERILUZ-DISTRIBUIÇÃO, em 27 de maio de 2010, firmou o contrato de permissão de serviço público de distribuição de Energia Elétrica com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 036/2010 com prazo de vencimento previsto para maio de 2040, com possibilidade de prorrogação por mais 30 anos, a critério do poder concedente.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, as tarifas são reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas a cada 4 anos.

Tanto os reajustes como as revisões possuem critérios e metodologias próprias, as quais são definidas pelo órgão regulador ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada agente (concessão ou permissão) de distribuição de energia em função das particularidades de cada distribuidora e o seu mercado.

As tarifas de energia elétrica devem permitir ao agente uma receita/faturamento suficiente para cobrir seus custos operacionais eficientes, remunerar os investimentos realizados, permitindo sua expansão e o equilíbrio econômico e financeiro da permissão. O Contrato também prevê que a permissionária deve ter estrutura apropriada e condizente com seu mercado, distribuindo uma energia dentro dos padrões técnicos definidos.

A entidade é regida pela Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1.971 que regulamenta o sistema cooperativista no país e tem como finalidade a prestação de serviços aos seus cooperados nas localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a ANEEL.

O reconhecimento público com relação às medidas adotadas pela CERILUZ para melhorar a qualidade de seus serviços e o relacionamento com os consumidores pode ser verificada pela certificação oficial da NBR ISSO 9001:2015 no ano de 2017, que reconhece a competência da Cooperativa na prestação dos serviços com qualidade.

A CERILUZ focada no desenvolvimento social e econômico da região de forma sustentável tem como compromisso com associados, consumidores, colaboradores e comunidade:

- Distribuir energia elétrica com qualidade;
- Aumentar a satisfação dos associados e consumidores;
- Preservar o meio ambiente junto às comunidades onde está inserida;
- Contribuir no desenvolvimento regional e melhorar a qualidade de vida;
- Buscar a melhoria contínua da eficácia do Sistema de Gestão da Qualidade;
- Manter programas de aperfeiçoamento do quadro de colaboradores e associados;
- Cumprir os requisitos legais, regulamentares da ANEEL e estatutários da empresa;
- Integrar de forma objetiva o Sistema de Gestão da Qualidade com a estratégia do negócio;
- Propiciar um ambiente que estimule o envolvimento e o desenvolvimento profissional das pessoas.

1.2. Ceriluz em Números

Atendimento	2019	2018	%
Número de consumidores	13.997	13.883	0,82%
Número de empregados	122	113	7,96%
Número de consumidores por empregado	115	123	(6,62)%
Número de localidades atendidas	24	24	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	2	3	(33,33)%
Número de postos de arrecadação	44	44	0,00%
Mercado	2019	2018	%
Área de concessão (Km ²)	3.977.832	3.977.832	0,00%
Distribuição Direta (GWh)	133,15	126,89	4,93%
Total Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	386,02	338,07	14,18%
Residencial	473,20	423,78	11,66%
Comercial	484,86	426,58	13,66%
Industrial	360,05	335,27	7,39%
Rural	367,67	313,64	17,23%
Suprimento	233,70	-	100,00%
DEC (horas)	14,81	13,80	7,32%
FEC (número de interrupções)	11,03	11,39	(3,16)%
TMA (minutos)	92,00	90,00	2,22%
Operacionais	2019	2018	%
Número de subestações	3	3	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	4.187	4.211	(0,57)%
Capacidade Instalada (MW)	166.208	161.925	2,65%
Financeiros Societário	2019	2018	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	94.132	73.118	28,74%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	73.437	55.601	32,08%
EBITDA OU LAJIDA	10.710	9.049	18,36%
Lucro líquido (R\$ mil)	6.958	6.111	13,86%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	65.043	58.758	10,70%

1.3. Gestão pela Qualidade Total

A adoção de um sistema de gestão da qualidade é uma decisão estratégica da CERILUZ com o objetivo buscar a melhoria de seu desempenho e prover uma base sólida para iniciativas de desenvolvimento sustentável. O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) da CERILUZ é implementada com base no atendimento a todos os princípios adotados pelas NBRs ISO 9001:2015 e ISO 10002:2005, buscando dessa forma atender os requisitos das partes interessadas consideradas relevantes.

A CERILUZ está comprometida com o desenvolvimento e a melhoria contínua de seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) e demonstra esta preocupação por meio do estabelecimento de uma Política da Qua-

lidade, a qual é divulgada aos colaboradores em todos os níveis para comprometimento e participação. Para alcançar os objetivos e melhorar a eficácia de seu Sistema de Gestão da Qualidade, na qual é demonstrada pela satisfação de seus consumidores e a melhoria contínua de seus processos.

A CERILUZ elabora uma Política da Qualidade coerente com a direção estratégica do negócio e que:

- Seja apropriada ao propósito e ao contexto para que possa apoiar o direcionamento estratégico;
- Proveja o estabelecimento dos Objetivos da Qualidade para demonstrar que o compromisso explicitado na Política esteja sendo alcançado;
- Direcione para buscar a satisfação de seus consumidores e melhoria contínua de seu SGQ.

A CERILUZ compromete-se a disponibilizar a Política da Qualidade às partes interessadas consideradas relevantes para o seu negócio, assim como comunicar e proporcionar o entendimento e a conscientização a todos os envolvidos, principalmente aos colaboradores que são os responsáveis por transformar os compromissos assumidos em ações concretas.

Parte Interessada	Forma de Comunicação	Disponibilidade
Colaboradores	Treinamentos, reuniões, circulares	Intranet e murais
Consumidores / Associados	Informativos, publicidades, reuniões e palestras	Site
Aneel	Relatório da Administração	Site

1.4. Política da Qualidade

Distribuir energia elétrica com qualidade e segurança, nos padrões do setor elétrico, buscando:

- Satisfação dos associados/consumidores;
- Aperfeiçoamento contínuo dos colaboradores;
- Investimento em tecnologia e melhoria contínua de nosso SGQ;
- Confiabilidade na coleta, geração e envio dos dados à Aneel dos indicadores de continuidade Individuais e Coletivos, Serviços Comercial e Reclamações;
- Eficiência no tratamento das reclamações dos associados/consumidores e demais partes interessadas;
- Cumprimento do contrato de permissão, assim como os requisitos legais, regulamentares da Aneel, estatutários da Cooperativa, e dos Associados/Consumidores; e
- Sustentabilidade econômica seguindo os princípios cooperativistas, com responsabilidade socio-ambiental.

1.5. Índice IASC de Satisfação ao Consumidor

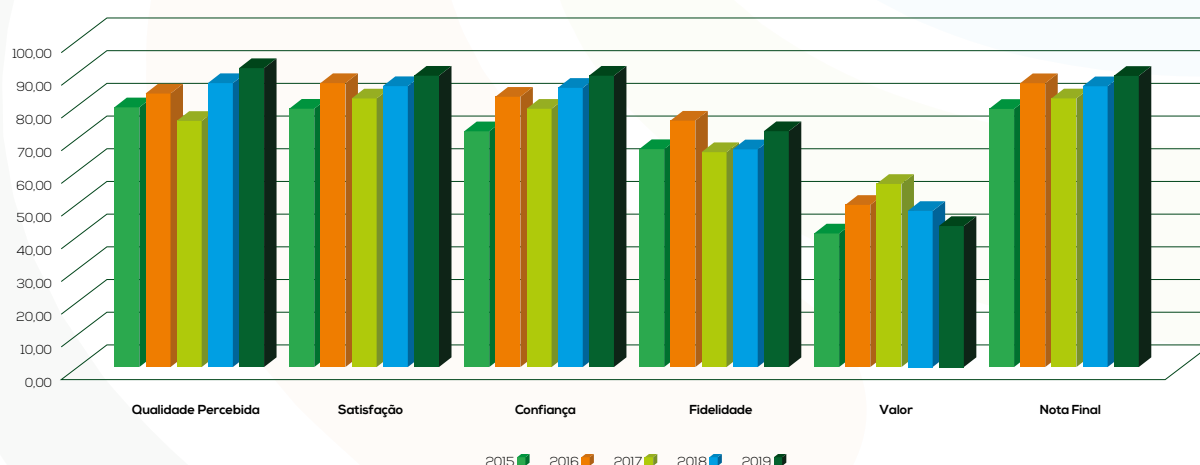
O IASC é um indicador que permite avaliar a satisfação do consumidor residencial com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica. É obtido anualmente a partir de pesquisa amostral realizada com consumidores de todas as distribuidoras, concessionárias e permissionárias, que atuam no território nacional. São realizadas cerca de 27.000 entrevistas. O prêmio é um reconhecimento às distribuidoras mais bem avaliadas pelos consumidores na Pesquisa IASC. Anteriormente conhecido como Prêmio IASC, o Prêmio ANEEL de Qualidade é concedido às distribuidoras que recebem as notas mais altas de acordo com categorias de região e porte de mercado. Essas empresas recebem troféu, certificado e um selo que pode ser aplicado nas faturas de energia elétrica e no material de comunicação institucional.

Após ter sido escolhida a melhor distribuidora de 2018, com uma média de satisfação de 85,93%, a Ceriluz foi novamente finalista na sua categoria "Permissionárias acima de 10.000" UCs, ficando em segundo lugar. O índice foi aferido por meio de pesquisa de opinião realizada em todo o Brasil, no período de 22/7 a 13/11/2019, que entrevistou 27.308 consumidores, de 596 municípios atendidos pelas 91 distribuidoras de energia elétrica. Na área de abrangência da Ceriluz, foram entrevistados 137 associados dos municípios de Ijuí, Augusto Pestana, Coronel Barros, Ajuricaba, Chiapetta, Santo Augusto, Boa Vista do Cadeado e Jóia. Realizado anualmente pela ANEEL desde 2000, o IASC reflete a opinião dos consumidores sobre as distribuidoras e tem como objetivo estimular a melhoria contínua dos serviços. Os resultados da Ceriluz vêm melhorando ano após ano.

No Prêmio de 2017 a Ceriluz teve a segunda maior nota na sua categoria e no geral, com 82,13% de satisfação, em 2018 conseguiu a melhor nota do Brasil, com 85,93% de satisfação, e nesse último prêmio, teve a terceira maior nota no geral e a segunda de sua categoria, mesmo com uma média maior de aprovação, de 89,26%.

Itens avaliados	2015	2016	2017	2018	2019	Var 2019/18	Média Permis-sionárias acima de 10 mil Ucs
Qualidade Percebida	79,40	83,76	75,53	86,61	91,43	5,56%	83,34
Satisfação	78,73	86,75	82,13	85,93	89,26	3,87%	81,08
Confiança	71,93	82,54	79,04	85,35	89,33	4,67%	80,17
Fidelidade	66,28	75,31	65,90	66,39	72,02	8,47%	50,87
Valor	40,62	49,61	56,18	47,44	43,19	(8,97)%	36,83
Nota Final	78,73	86,75	82,13	85,93	89,26	3,88%	81,08
Avaliação	Bom	Excelente	Excelente	Excelente	Excelente	3,88%	81,08

Índice ANEEL de Satisfação do Consumidor - IASC



2. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

2.1.. Assembleia Geral

A Assembleia Geral dos associados é o órgão supremo da Cooperativa, dentro dos limites legais e estatutários. A Assembleia Geral tem poderes para decidir os negócios relativos ao objeto da sociedade e tomar as resoluções convenientes ao desenvolvimento e defesa desta. As deliberações da Assembleia Geral vinculam a todos, ainda que ausentes ou discordantes. As deliberações serão tomadas por maioria de voto dos associados presentes com direito de votar.

2.2. Assembleia Geral Ordinária

A Assembleia Geral Ordinária, que se realiza, anualmente, nos 3 primeiros meses após o término do exercício, convocada pelo presidente, delibera sobre os seguintes assuntos que deverão constar da ordem do dia:

1. Eleição dos componentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal quando for o caso;
2. Prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:
 - a. Relatório da gestão;
 - b. Demonstrações contábeis do exercício social, segundo as normas contábeis vigentes no Brasil;
 - c. Parecer do Conselho Fiscal;
 - d. Parecer da Auditoria Independente;
3. Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas, deduzindo-se no primeiro caso, as parcelas para os Fundos Obrigatórios;
4. Fixação do valor dos pró-labores dos membros da Diretoria e cédula de presença dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
5. Outros assuntos de interesse social (sem poder deliberativo).

2.3. Assembleia Geral Extraordinária

A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da sociedade, desde que mencionado no edital de convocação. É da competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos, para os quais são necessários os votos de 2/3 (dois terços) dos associados presentes, para tornar válidas as deliberações:

1. Reforma do estatuto social;
2. Fusão, incorporação ou desmembramento;
3. Mudança do objeto da sociedade;
4. Dissolução voluntária da sociedade e nomeação de liquidantes;
5. Contas do liquidante;

2.4. Conselho de Administração

A Cooperativa é administrada por um Conselho de Administração composto por um Presidente, um Vice-Presidente e quatro Conselheiros Vogais efetivos, todos associados, eleitos em Assembleia Geral para um mandato de quatro anos, sendo obrigado, ao término de cada mandato, a renovação mínima de um terço de seus componentes.



Illoir de Pauli
PRESIDENTE

Valmir E. Seifert
VICE-PRESIDENTE

Romeu A. de Jesus
1º VOGAL

Valdir Steiernagel
2º VOGAL

Luiz F. Baroni
3º VOGAL

Senio R. Kirst
4º VOGAL

2.5. Conselho Fiscal

A Administração da sociedade é fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de três membros efetivos e três membros suplentes, com mandato de um ano e renovação obrigatória de dois terços a cada eleição.



Carlos Karlinski

Nara J. Hepp

Sidnei J. Montagner

André Rotili

Belmiro L. Pitol

Sandra Wender

2.6. Auditores Independentes

A Ceriluz tem contratado a empresa Nardon, Nasi – Auditores Independentes SS para os serviços de auditoria independente para as demonstrações contábeis e emissão do relatório de opinião sobre a posição patrimonial, econômica e financeira da cooperativa.

3. GESTÃO DE PESSOAS E PROCESSOS

A busca constante por qualificação sempre foi determinante para a Ceriluz, preocupada com a capacitação dos seus funcionários, investiu no ano de 2019, R\$ 59 mil em cursos e treinamento de capacitação, proporcionando maiores conhecimentos para seus colaboradores, para que possam atender de melhor forma o associado. Ao final de 2019, contou com 122 empregados.

3.1. Atuação na Área Social

Aprendizes Cooperativos iniciam atividades Práticas na Ceriluz

Um grupo de sete jovens está interagindo com os colaboradores da Ceriluz, desde o mês de maio de 2019. Trata-se dos participantes do Programa Aprendiz Cooperativo, que estão atuando na Cooperativa na função de Auxiliares Administrativos, inseridos em diferentes setores de trabalho.

O Programa Aprendiz Cooperativo tem o objetivo de abrir as portas do mercado de trabalho para estudantes entre 14 e 24 anos (incompletos no momento do encerramento do curso) ao permitir que eles possam trabalhar em uma cooperativa, aprender uma profissão e também entrar em contato com a cultura cooperativista, pautada em valores como igualdade, solidariedade, honestidade e transparência. O programa é apoiado pelo sistema OCERGS/SESCOOP/RS.



Além de agregar experiência para os jovens o programa serve para os empregadores conhecerem o perfil de cada jovem, verificando se estão aptos para uma eventual oportunidade de trabalho efetivo. Foi o que aconteceu com alguns dos participantes da edição anterior do Programa Aprendiz Cooperativo aqui na Ceriluz, cujo ciclo encerrou em dezembro de 2018. Cinco deles retornaram efetivados, para o Setor de Atendimento.

Hackathon Premia Jovens por Criação de Aplicativo para Gestão de Negócios da Ceriluz

O Hackathon é uma competição promovida pela Unijuí, que se propõe ao desenvolvimento de protótipos e sistemas que possam ser aplicados no cotidiano de trabalho de empresas e entidades de Ijuí e região. Neste ano a empresa apoiadora foi a Ceriluz e nove equipes foram desafiadas a buscar soluções para um problema real, proposto pela Cooperativa. Após um mês de pesquisa e desenvolvimento, os grupos apresentaram, as ideias de produto para uma banca avaliadora.



Trata-se de um aplicativo para gestão e acompanhamento em tempo real dos negócios do Grupo Ceriluz, contemplando a geração e a distribuição de energia e o provedor de internet. O resultado foi divulgado durante a Aula Magna dos 30 anos do Curso de Ciência da Computação, com entrega de prêmios aos três primeiros colocados.

Projeto Energia Amiga apresenta vencedores do Concurso de Redação e Desenhos

A Ceriluz apoiou, novamente, nesse ano de 2019, o Projeto Energia Amiga, que é coordenado pelo curso de engenharia elétrica da Unijuí e que consiste em disseminar conhecimentos sobre os conceitos da eletricidade, consumo consciente e o uso seguro das instalações elétricas. O projeto se voltou para escolas de ensino fundamental nesse ano envolvendo educandários de Ijuí e Santa Rosa, alcançando principalmente estudantes dos terceiros e nonos anos.

Como sistematização do Projeto, os alunos foram desafiados a produzirem desenhos e redações sobre as temáticas relacionadas com a energia elétrica e algumas dessas produções foram selecionadas e publicadas em livro. No fim da tarde de terça-feira, 17 de dezembro, o Projeto de Extensão Energia Amiga realizou evento de encerramento das atividades de 2019.

Com a presença de alunos, professores e familiares de escolas que integraram as ações, a coordenação apresentou um resumo das atividades e entregou certificados e premiações aos participantes que se destacaram. Nesta edição, ao todo, mais de 400 alunos de escolas das redes municipal e estadual de Ijuí e Santa Rosa se integraram nas atividades.

Em paralelo as atividades nas escolas, também foi proposta uma campanha educativa junto ao comércio e entidades sociais e individuais que zelam pela correta aplicação da logística reversa, dos municípios, visando a disseminação dos conceitos sobre logística reversa e pós-consumo de resíduos tecnológicos.



Informações e foto: UNIJUÍ Comunica

Ceriluz e HCl assinam convênio para viabilizar cuidados para a saúde de associados da Cooperativa

A Ceriluz e o Hospital de Caridade de Ijuí (HCl) firmaram uma importante parceria visando beneficiar os associados da cooperativa e seus dependentes. O convênio assinado autoriza a comercialização de serviços do cartão HCl Vida, que não configura plano de saúde. A formalização do convênio aconteceu no dia 17 de outubro, em cerimônia na Casa Ceriluz, no Parque de Exposições de Ijuí, durante a Expoijui/Fenadi 2019.

O sistema é uma modalidade de prestação de serviços médicos e de saúde, aonde o usuário realiza a compra de serviços diretamente dos prestadores, mediante cartão de acesso, com sistemática de pagamento pelos serviços, materiais e tratamentos consumidos. Na apresentação do sistema, o supervisor de comercial do HCl reforçou que quem aderir ao sistema, tem vantagens e descontos em consultas clínicas realizadas na central de convênios e com médicos credenciados e descontos em exames de diagnósticos por imagem e laboratoriais.

O serviço dispõe ainda do atendimento na emergência 24 horas, possibilidade de inclusão de procedimentos cirúrgicos e internações clínicas, mediante prévia negociação com a própria Central de Convênios do HCl na modalidade de pacotes, dando condição de pagamento flexível. "Os associados da Ceriluz de toda a região, a partir de agora, podem aderir ao nosso cartão, onde a mensalidade será descontada diretamente na conta de energia elétrica", explica Mateus. O grande atrativo é o valor da mensalidade, onde o titular paga R\$24,90 e o dependente R\$9,90.

Informações podem ser obtidas pelo e-mail central.convencios@hci.org.br, pelos telefones (55) 3331-9335 e 3332-7777, ou diretamente no HCl, no setor de vendas, onde pode ser feita a adesão.



Parceria Sescoop/Fecoergs promoveu viagem de conhecimento aos Estados Unidos

O presidente da Ceriluz e da Federação das Cooperativas de Energia do RS – FECOERGS, Iloir de Pauli, liderou entre os dias 21 e 25 de outubro, uma missão de cooperativas do ramo de infraestrutura para os Estados Unidos, mais especificamente para os estados da Califórnia e Texas, que visitou, respectivamente, empresas do chamado Vale do Silício e cooperativas e concessionárias de energia daquele país. A viagem foi promovida pelo Sescoop/RS, através da Escoop – Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo, no intuito de propiciar uma imersão no ambiente das organizações mais inovadoras e de alta tecnologia no mundo, apresentando o que há de excelência em tecnologia e inovação para cooperativas.



Para o presidente Iloir, foram dois momentos distintos, mas importantes para o grupo, que proporcionaram a oportunidade de mudança na forma de pensar os negócios das cooperativas.

“O importante agora é podermos voltar para as nossas cooperativas e, juntamente com os conselhos e colaboradores, avaliar essas experiências que tivemos e desenvolver novas ideias com base nos exemplos vistos nas empresas e cooperativas visitadas”. Para o presidente duas questões chamam a atenção nas empresas visitadas: a inovação e a capacidade de pensar o futuro. “As mudanças estão acontecendo e nós precisamos estar preparados para elas. Ao exemplo do que eles fazem, temos que começar a preparar hoje o que queremos para nossas organizações no futuro, seja no curto ou no longo prazo”, avalia.

Representantes de Cooperativas Sul-Mato-Grossenses buscam referências na Ceriluz

A Ceriluz no dia 18 de setembro, recebeu a visita de comitiva formada por representantes de três cooperativas do Estado de Mato Grosso do Sul. Estiveram representadas a Cergrand - Cooperativa de Energização e Desenvolvimento Rural da Grande Dourados; a Coeso - Cooperativa de Energização e Desenvolvimento Rural do Sudoeste Sul-mato-grossense, de Dois Irmãos do Buriti, e a Cercampo - Cooperativa de Eletrificação Rural, de Anhanduí.

Estiveram na Ceriluz, Jorge Luís Barbosa e Antônio Carlos Figueiredo, presidente e engenheiro eletricista da Cergrand, Edson Gonçalves Matos e Seiji Kato, presidente e vice-presidente da Coeso, e Arão Antônio Moraes, presidente da Cercampo. Porém, não foi apenas um encontro de cooperativas, mas também de federações. Assim como o presidente da Ceriluz, Iloir de Pauli, preside a Federação das Cooperativas de Energia e Desenvolvimento do RS – Fecoergs, o presidente da Cergrand, Jorge Barbosa, chefia a Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Mato Grosso do Sul (Fecoerms).

Colaboradores da Ceriluz apresentaram detalhes sobre as atividades do Grupo Ceriluz, incluindo assuntos técnicos das cooperativas de geração e distribuição, gestão contábil e provimento de internet.

Encontro em Ijuí encerra Ciclo de Atividades junto aos Associados da Ceriluz

A ação se encaixa no Programa Além da Energia, cujo objetivo é proporcionar aos participantes atividades diferentes daquilo que é o dia a dia da Cooperativa, ou seja, a geração e distribuição de energia. Contudo, a direção da cooperativa aproveitou as oportunidades de estar junto aos associados e apresentou algumas informações sobre a evolução financeira do grupo Ceriluz e os investimentos em andamento ou previstos.



3.2. Segurança e Saúde Ocupacional

Sipat Promove Ações Socioeducativas para Colaboradores da Ceriluz

A Ceriluz realizou a Semana Interna de Prevenção de Acidentes – SIPAT, em sua 18ª edição. No ano de 2019 os eventos programados trataram de temas diversos, como direção defensiva, coleta seletiva e reciclagem de resíduos, doenças sexualmente transmissíveis, além de atividades físicas e culturais para os participantes.

Além de trabalhar a prevenção de acidentes, a 18ª Sipat também buscou lembrar que os colaboradores estão suscetíveis a outros riscos em seu dia a dia, cabendo atitudes de cuidado, não apenas no ambiente de trabalho, mas também em suas casas ou ambientes sociais

Colaboradores retomam conceitos de segurança para trabalhos em altura

A Ceriluz concluiu treinamento para seus colaboradores sobre a Norma Regulamentadora (NR) 35, que trata dos riscos de acidentes no trabalho em altura. A reciclagem, como é chamada, contemplou todos os colaboradores da Ceriluz que atuam em funções acima de dois metros em altura, das áreas de Distribuição e Geração de energia e Provedores de Internet. A qualificação bianual complementa o treinamento completo que todos os funcionários recebem ao iniciar suas atividades na Cooperativa.



3.3. Outras Informações aos Associados

Legislação determina reclassificação de Associados entre classes consumidoras

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) está intensificando a fiscalização sobre os benefícios e descontos que são concedidos atualmente nas tarifas de energia. O objetivo da agência é identificar consumidores que recebem benefícios sem necessidade. Em razão disso e seguindo a Resolução Normativa 414, que regulamenta todas as distribuidoras de energia do Brasil, a partir do mês de março um grupo de associados da Cooperativa sofreu alteração quanto a Classe Consumidora a qual pertence. Conforme a Resolução Normativa 414, no Art. 53-J e inciso III, todas as Unidades Consumidoras (UCs) classificadas na classe RURAL – Subclasse Residencial Rural, a partir do faturamento da competência fevereiro/2019, passarão a ser classificadas como classe RESIDENCIAL – Subclasse Residencial. Essa

situação acarreta alteração da tarifa aplicada que passa da chamada Tarifa B2, cujo valor do kWh é R\$ 0,45 com impostos, para a Tarifa B1, com valor do kWh de R\$ 0,64 com impostos.

Essa alteração atingiu 3.065 associados da Ceriluz. Na prática serão afetados aqueles que residem em área rural, como vilas e distritos, mas que não desempenham atividade agrícola ou, cuja área produtiva não está anexa a essa residência, portanto, não possuem documentos que comprovem a atividade rural na propriedade específica. Outra situação é o falecimento do titular, onde não tenha sido efetivada a transferência da UC para outra pessoa da família ou responsável.

Ceriluz oferece novo número telefônico para comunicação com associados

Com o objetivo de qualificar o atendimento aos associados, especialmente em períodos de instabilidade climática que causam danos nas redes, a Ceriluz implantou mais uma opção de contato telefônico gratuito para seus associados: o número 0800 040 1010. Esse número soma-se ao atual, já conhecido pelos associados da Ceriluz: 0800 51 3130.

Ceriluz investe R\$2,2 milhões em reestruturação de rede que se estende de Ijuí a Coronel Barros

Com o objetivo de melhorar o fornecimento de energia para os associados já conectados e permitir a expansão do sistema, a Ceriluz reconstruiu a rede de Ijuí a Coronel Barros. O alimentador tem aproximadamente 15 km de extensão, se estendendo da Subestação da CEEE, em Ijuí, até a cidade de Coronel Barros, atendendo mais de 2,1 mil famílias associadas. A rede recebeu um investimento de R\$ 2,2 milhões, incluindo a substituição/implantação de 297 postes, sete transformadores e 22,1 quilômetros de condutores, considerando a sua rede alimentadora principal e os ramais monofásicos e trifásicos que também foram reformados.

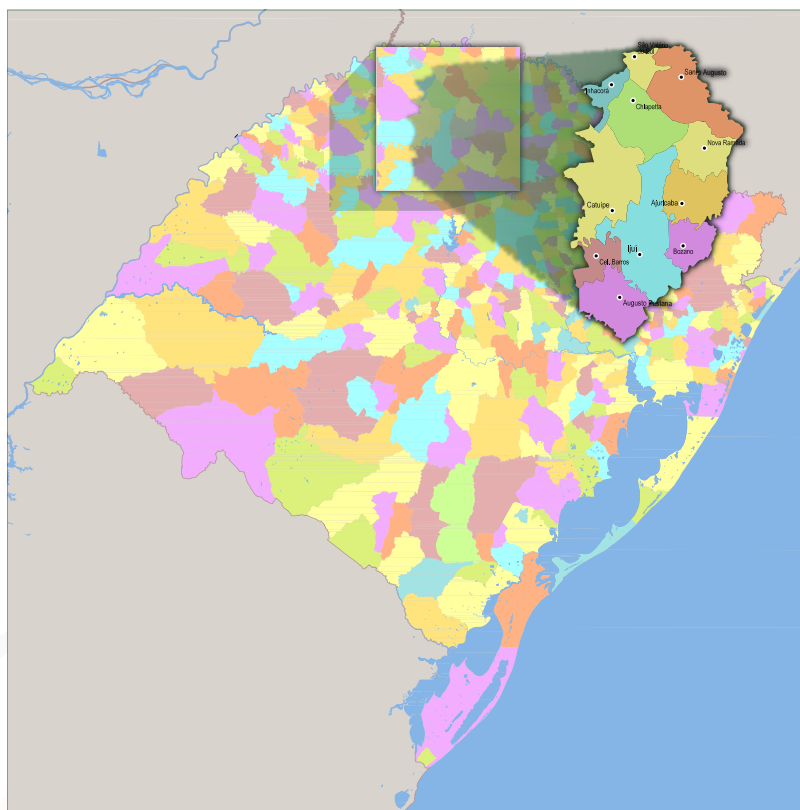


Outro aspecto importante da obra foi o uso de uma rede compacta no trecho urbano de Coronel Barros. Trata-se de uma rede mais cara, mas que apresenta maior segurança aos consumidores, por ser menos suscetível a elementos externos que podem causar curtos-circuitos, como contatos com a vegetação ou animais.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. DISTRIBUIÇÃO

A Cooperativa distribui energia elétrica em 24 dos 497 municípios do Estado do Rio Grande do Sul, sendo 3 totalmente e o restante parcialmente. Atendendo aproximadamente 13.997 consumidores.



4.1.2. Ligação de Consumidores

Foram realizadas no ano, 126 novas ligações. Também, a resolução 800/2017 estabelecia que as distribuidoras deveriam efetuar recadastramento da classe rural, o mesmo foi efetuado pela cooperativa. Consumidores que não conseguiram comprovar a atividade foram reclassificados. Os que estão conseguindo os documentos comprobatórios da atividade rural estão sendo reenquadrados e as faturas sendo retificadas.

2014	Consumidores	2015	2016	2017	2018	2019
1.371	Residencial	1.464	1.540	1.574	1.603	3.931
671	Comercial	678	679	696	706	717
54	Industrial	56	58	45	43	54
10.975	Rural	11.047	11.142	11.109	11.206	8.986
167	Poderes Públicos	164	142	137	134	133
29	Iluminação Pública	29	29	29	29	28
39	Serviço Público	39	71	150	150	148
13.306	Total	13.477	13.661	13.740	13.871	13.997
	Variação	1,29%	1,37%	0,58%	0,95%	0,91%

4.1.3. Consumidores por Município

Na tabela abaixo estão demonstradas as quantidades de consumidores da Cooperativa distribuídos nos vinte e quatro municípios da área de atuação.

2014	Município	2015	2016	2017	2018	2019
3.959	Ijuí	4.029	4.113	4.139	4.218	4.300
1.388	Catuípe	1.396	1.401	1.400	1.400	1.404
1.343	Ajuricaba	1.343	1.349	1.364	1.361	1.356
1.546	Augusto Pestana	1.552	1.544	1.537	1.562	1.563
524	Chiapetta	533	532	536	533	524
196	Jóia	194	193	191	195	194
327	Santo Augusto	324	328	330	331	332
1.232	Coronel Barros	1.264	1.294	1.336	1.346	1.372
337	Inhacora	343	358	351	355	350
145	São Valério do Sul	139	138	134	132	132
2	Cruz Alta	3	3	3	3	3
1.028	Nova Ramada	1.047	1.063	1.073	1.080	1.090
13	Coronel Bicaco	13	11	12	11	11
24	Santo Ângelo	23	24	22	21	21
10	Eugenio de Castro	10	10	10	10	10
3	Condor	3	3	3	2	1
278	Boa Vista do Cadeado	274	276	273	275	281
920	Bozano	958	993	999	1.010	1.029
4	Entre-Ijuís	4	4	4	4	3
-	São Martinho	-	-	2	2	2
10	Alegria	9	9	6	6	6
5	Independência	5	5	5	5	4
12	Giruá	10	9	9	8	8
-	Pejuçara	1	1	1	1	1
13.306	Total	13.477	13.661	13.740	13.871	13.997
	Variação	1,29%	1,37%	0,58%	0,95%	0,91%

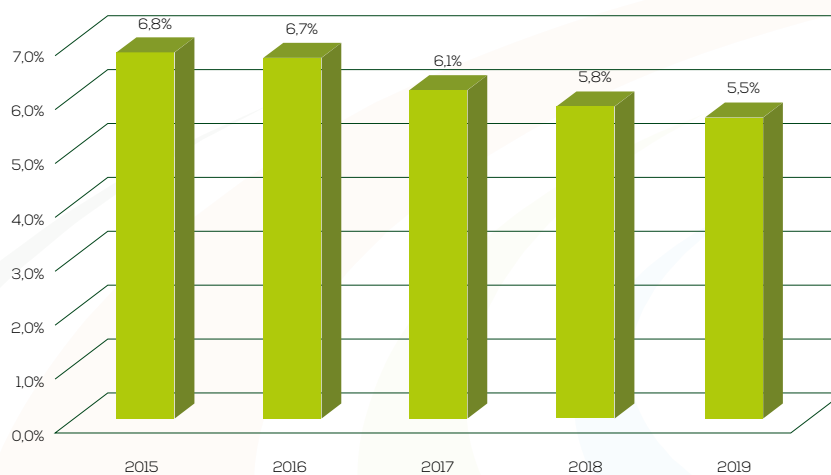
4.1.4. Comportamento de Mercado

A Ceriluz registrou um crescimento no fornecimento de energia elétrica no ano de 2019 em relação ao ano de 2018. A Cooperativa totalizou a distribuição de 141 GWh no ano de 2019, número 9,30% superior aos 129 GWh do ano anterior.

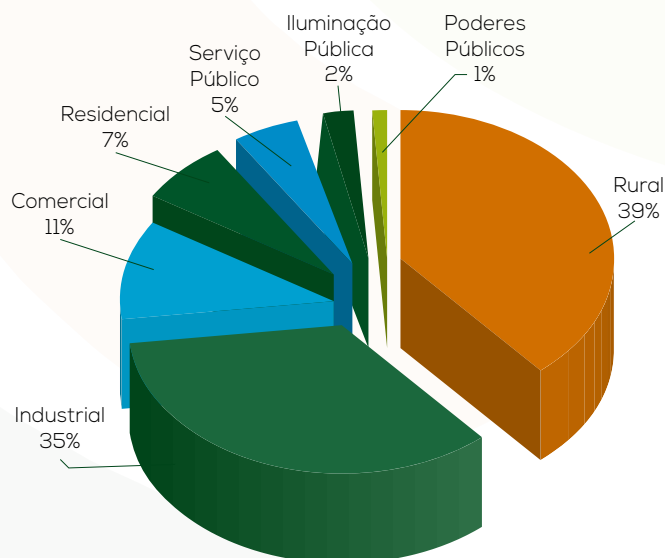
2014	Mercado Atendido - GWh	2015	2016	2017	2018	2019
117	Energia Faturada	114	121	120	127	137
117	Fornecimento	114	121	120	127	137
3	Residencial	3	3	3	4	9
13	Comercial	12	12	12	14	15
42	Industrial	45	47	45	44	47
51	Rural	46	51	51	55	52
1	Poderes Públicos	1	1	1	1	1
1	Iluminação Pública	1	2	2	2	2
5	Serviço Público	6	5	6	7	7
-	Suprimento p/ agentes de distr.	-	-	-	-	4
2	Uso da Rede de Distribuição	1	1	1	2	4
2	Consumidores Livres/Dist./Ger.	1	1	1	2	4
-	Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
119	Total	115	122	121	129	141
	Variação	(3,36)%	6,09%	(0,82)%	6,61%	9,30%

4.1.5. Balanço Energético em GWh

Energia Requerida - GWh	2015	2016	2017	2018	2019
Venda de Energia	114	121	120	127	137
- Fornecimento	114	121	120	127	133
- Suprimento p/ agentes de distr.	-	-	-	-	4
Consumidores Livres/Dist./Ger.	1	1	1	2	4
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	115	122	121	129	141
Pernas na Distribuição	8	9	8	8	8
Perdas Totais - PT	8	9	8	8	8
PT / Energia Requerida %	6,8%	6,7%	6,1%	5,8%	5,5%
Total	123	131	129	137	149

PT / Energia Requerida %

Gráfico: Perdas Totais

A seguir gráfico demonstrando os percentuais do consumo por classe de consumidores no ano de 2019.

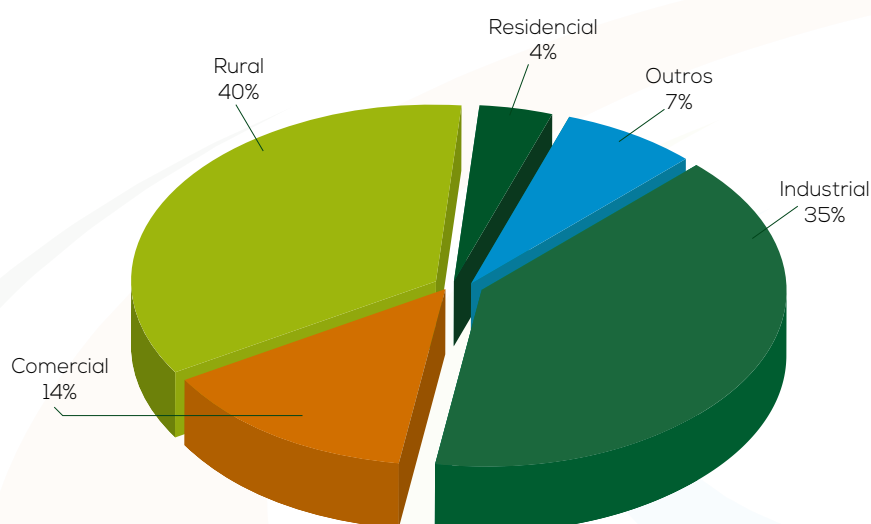
Consumo por Classe


4.1.6. Ingressos/ Receita Líquida

Os ingressos/receita recorrente do fornecimento de energia elétrica, (excluindo os impostos e bandeiras tarifárias) importou em 2019 o montante de R\$ 52.733 mil, um aumento de 22% conforme quadro a seguir:

Classe	2019	2018	%
Residencial	4.122	1.548	166%
Industrial	17.660	15.182	16%
Comercial	8.654	6.167	40%
Rural	18.966	17.215	10%
Outros	3.371	3.044	11%
Total	52.773	43.156	22%

Ingressos/Receita Líquida por Classe de Consumidores



4.1.7. Número de Consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2019 apresentou um crescimento de 0,88% sobre o ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	2019	2018	Δ%
Residencial	3.931	1.603	145,23
Industrial	54	47	14,89
Comercial	717	706	1,56
Rural	8.986	11.206	(19,81)
Outros	309	313	(1,28)
Total	13.997	13.875	0,88

4.1.8. Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica atingiu em dezembro de 2019 o valor de R\$ 383,89/MWh, com aumento de 28,42% com relação a dezembro de 2018.

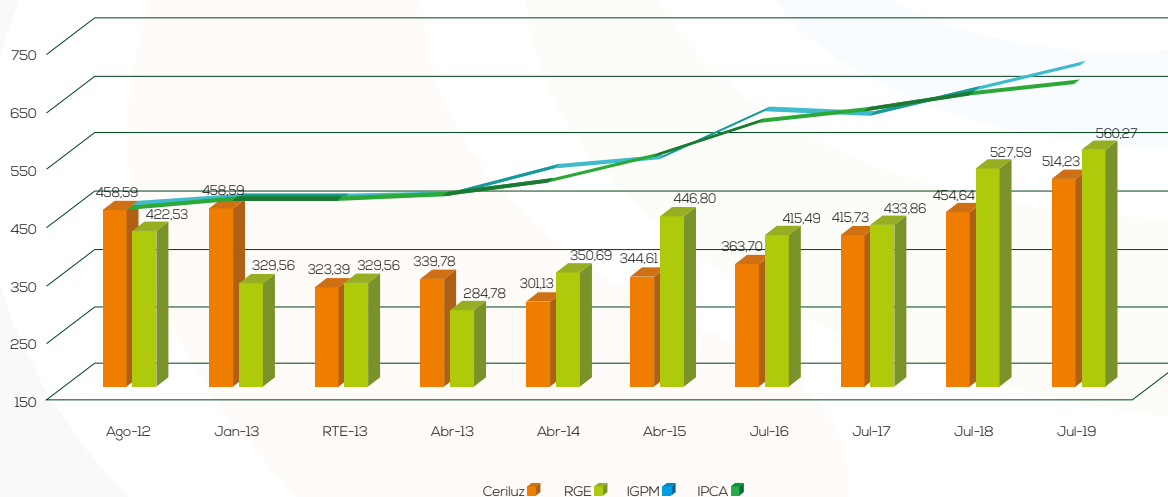
Classe	2019	2018	Δ%
Residencial	473,20	423,78	11,66
Industrial	360,01	330,69	8,87
Comercial	484,86	426,58	13,66
Rural	367,67	313,64	17,23
Suprimento	233,70	-	100,00
Total Médio	383,89	298,94	28,42

4.1.9. Reajuste Tarifário Anual

É um dos mecanismos de atualização do valor da energia paga pelo consumidor, aplicado anualmente, de acordo com fórmula prevista no contrato de Permissão. Seu objetivo é restabelecer o poder de compra da Permissionária. Para aplicação da fórmula de reajuste são repassadas as variações dos custos de Parcela A que são aqueles em que a distribuidora tem pouca ou nenhuma gestão. Por contrato, são os custos relacionados à compra de energia elétrica para atendimento de seu mercado, o valor da transmissão dessa energia até a área da distribuidora e os encargos setoriais.

No reajuste, os custos com a atividade de distribuição, esses sob completa gestão da distribuidora e definidos como Parcela B são corrigidos por um índice de inflação, no contrato de permissão da CERILUZ esse índice é o IPCA. Os itens de Parcela B são, basicamente, os custos operacionais das distribuidoras e os custos relacionados aos investimentos por ela realizados, além da quota de depreciação de seus ativos e a remuneração regulatória, valores que são fixados pela ANEEL na época da revisão tarifária.

O Gráfico a seguir mostra a evolução da tarifa B1 - Residencial da Permissionária nos últimos 8 anos e as variações do IGP-M e do IPCA no mesmo período, bem como as tarifas de sua supridora.



Em 23 de Julho de 2019 a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, através da Resolução Homologatória nº 2.580/2019 homologou o último reajuste tarifário anual da CERILUZ, que correspondeu aos efeitos tarifários médios de 16,06%, sendo 12,89% para Alta Tensão e 19,74% para Baixa Tensão. Os resultados do reajuste tarifário são detalhados pela nota técnica SGT/ANEEL N° 135/2019 e estão apresentados da seguinte forma:

Processo Tarifário	DRA (R\$)	DRP (R\$)	Variação	Participação no processo tarifário	Participação Receita
ENCARGOS SETORIAIS	5.783.505,18	8.160.405,58	41,10%	3,44%	10,99%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. - TFSEE	147.656,30	150.892,21	2,19%	-	0,20%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	4.566.621,15	6.787.904,95	48,64%	3,21%	9,14%
PROINFA	1.069.227,74	1.221.608,41	14,25%	0,22%	1,64%
ENERGIA COMPRADA	25.504.543,77	26.358.976,78	3,35%	1,24%	35,49%
Energia	25.504.543,77	26.358.976,78	3,35%	1,24%	35,49%
TRANSPORTE DE ENERGIA	8.277.818,00	8.523.709,99	2,97%	0,36%	11,48%
Rede Básica	1.300.735,96	1.499.010,60	15,20%	0,29%	2,02%
Rede Básica Fronteira	1.868.084,72	1.863.978,60	(0,20)%	(0,01)%	2,51%
Conexão	483.443,55	492.158,88	1,80%	0,01%	0,66%
Uso do sistema de distribuição	4.625.553,77	4.668.561,91	0,93%	0,06%	6,29%
Total de Parcela A	39.565.866,96	43.043.092,36	8,79%	5,03%	57,96%
Total de Parcela B	29.579.303,66	31.224.107,00	5,56%	2,38%	42,04%
Variação Econômica				7,41%	
COMPONENTES FINANCEIROS				Participação	
Repassse de PIS COFINS		2.041.519,97		2,95%	
Neutralidade Encargos Setoriais		(319.322,41)		(0,46)%	
Ajuste CUST + PISCONFINS Transmissão		466.684,90		0,67%	
Compensação DIC FIC		(75.942,97)		(0,11)%	
Subvenção CDE		(15.191.603,97)		(21,97)%	
Total Financeiros		13.078.664,48		(18,91)%	
Variação Econômica e Financeira				(11,50)%	
Retirada dos componentes financeiros relativos ao processo anterior				24,19%	
Efeito da alteração dos descontos na tarifa Rural B2 subsidiada CDE				3,37%	
Efeito médio a ser percebido pelos Consumidores				16,06%	

Nota Técnica SGT/ANEEL Nº 135/2019

4.1.10. Bandeiras Tarifárias

Desde o ano de 2015, as contas de energia passaram a incluir o Sistema de Bandeiras Tarifárias, que apresenta as seguintes modalidades: verde, amarela e vermelha, as mesmas cores dos semáforos e indicam se haverá ou não acréscimo no valor da energia a ser repassada ao consumidor final, em função das condições de geração de eletricidade. Cada modalidade apresenta as seguintes características:

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,015 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;

Bandeira vermelha - Patamar 1: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,040 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

Bandeira vermelha - Patamar 2: condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,060 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

Aplicam-se às Bandeiras os mesmos tributos incidentes sobre as tarifas.

Anualmente, ao final do período úmido (abril), a ANEEL define o valor das Bandeiras Tarifárias para o ciclo seguinte, considerando a previsão de variação dos custos da energia relativos ao risco hidrológico das usinas hidrelétricas, à geração por fonte termelétrica, à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e aos encargos setoriais (Encargo de Serviços do Sistema – ESS e Encargo de Energia de Reserva) que afetem os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

4.1.11. Qualidade do Fornecimento

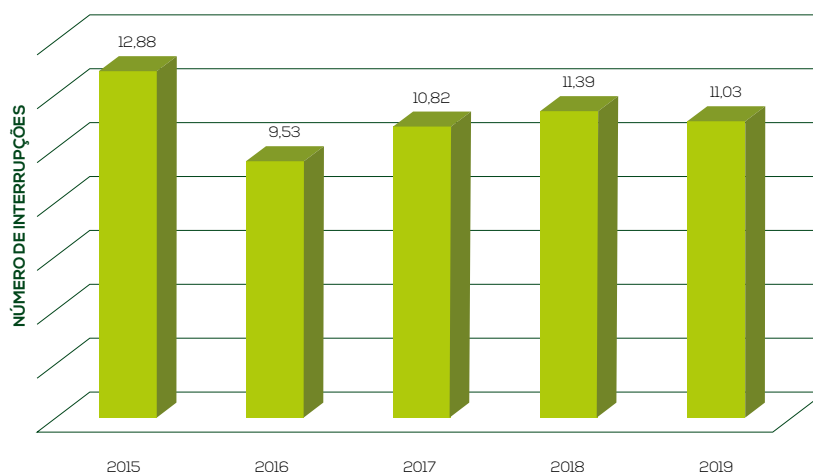
Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor).

Os indicadores de qualidade são índices que permitem que a cooperativa monitore e avalie a qualidade da energia fornecida para os associados de sua área de atuação. Os indicadores DEC e FEC permitem verificar o tempo e a frequência média, respectivamente, em que houve falha no fornecimento de energia para cada consumidor da cooperativa. A figura 1 mostra o comportamento do indicador DEC, que verifica o tempo médio que cada consumidor ficou sem energia ao longo dos últimos anos.

DEC - Duração Equivalente por Consumidor



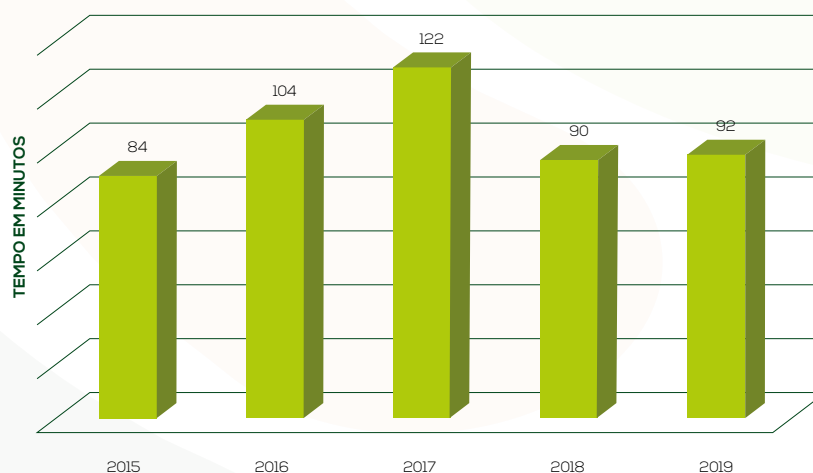
Figura 1 - Comportamento do DEC

FEC - Frequência Equivalente por Consumidor

Figura 2 - Comportamento do FEC

Já a figura 2 traz o comportamento do indicador FEC, que mostra em média a frequência que cada consumidor ficou sem energia ao longo dos últimos anos.

Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)	TMA Tempo Médio de Atendimento (horas)
2019	14,81	11,03	1,50
2018	13,80	11,39	1,49
2017	13,53	10,82	2,04
2016	14,43	9,53	1,73
2015	15,65	12,88	1,68

Na área da qualidade do serviço prestado podemos citar os indicadores que medem a eficiência das equipes de plantão no atendimento das ocorrências emergenciais, sejam elas, com ou sem interrupção no fornecimento de energia. Nesta categoria o principal indicador é o TMA, que mede o tempo médio de atendimento das ocorrências emergências desde o momento do cadastro da mesma junto a cooperativa até a resolução do problema. O gráfico da figura 3 mostra o comportamento deste indicador ao longo dos últimos anos.

TMA - Tempo Médio de Atendimento

Figura 3: Comportamento do TMA

4.1.12. Atendimento ao Consumidor

A Ceriluz disponibiliza aos seus associados diversos canais de comunicação, entre eles está o atendimento telefônico, com atendimento 24 horas, pelos telefones 0800 51 3130 e 0800 040 1010, através deles são feitas gratuitamente todas as ligações, reclamações e demais contatos com a cooperativa. O associado também pode comparecer presencialmente na Sede da Cooperativa, localizada em Ijuí, ou em nossos escritórios nas cidades de Catuibe e Ajuricaba. Ainda, pode acessar o site www.ceriluz.com.br para obter maiores informações sobre a sua fatura de energia, desligamentos programados, entre outros.

Em 2019 a Ceriluz contratou cinco novos colaboradores para atuarem no setor de call center, o que gerou um aumento de 26,28%, as chamadas recebidas aumentaram 29,71% e os indicadores de reclamações diminuíram em 15,38%.

Essa mudança também impactou no índice de satisfação do cliente que aumentou 3,88% de 2018 para 2019, sendo que em 2019 atingimos 89,26% ficando em segunda posição na categoria "Permissionárias acima de mil unidades consumidoras", no IASC – Prêmio Aneel de Qualidade 2019.

As indenizações por danos também obtiveram aumento em 2019, o número de solicitações passou de 42 em 2018 para 64 em 2019, representando 52,38%, dessas solicitações, 19 foram procedentes em 2018 e 30 em 2019, aumento de 57,89%.

Em relação aos serviços comerciais, como faturas de energia, projetos, alterações em caixas de medição e aumento de carga instalada, apresentou um aumento de 5,04% em atendimentos realizados, sendo 2.800 em 2018 e 2.941 em 2019. Os atendimentos fora do prazo, tiveram uma queda de 33,33% e a eficiência no atendimento passou de 99,68% para 99,79%.

O número de reclamações de consumidores encaminhadas para a Empresa aumentou em 166,30%, já as reclamações à Aneel, ao Procon e à Justiça, aumentaram em 100%.

	2019	2018	%
Satisfação do Cliente			
Índice de Satisfação IASC	89,26%	85,93%	3,88%
Índice de Satisfação do tratamento das reclamações	95,60	96,10	(0,52)%
Índice de Satisfação da Prestação dos Serviços	95,00	94,80	0,21%
Atendimento ao Cliente	2019	2018	%
Call Center	21.867	17.316	26,28%
Chamadas Recebidas (unid)	35.732	27.548	29,71%
Número Médio de Atendentes (unid)	8	4	100,00%
INS Índice de Nível de Serviço (%)	81,70%	88,30%	(7,47)%
lab - Índice de Abandono (%)	8,30%	8,40%	(1,19)%
ICO - Índice de Chamadas Ocupadas (%)	10,00%	3,40%	194,12%
TMA - Tempo Médio de Atendimento (s)	1,56	1,45	7,59%
Indenização por Danos	2019	2018	%
Volume de solicitações (unid)	64	42	52,38%
Procedentes (unid)	30	19	57,89%
Indicadores de Reclamações	2019	2018	%
Reclamações Procedentes	66	78	(15,38)%
DER (horas)	69,38	64,10	8,24%
FER (unid)	0,30	0,50	(40,00)%
Violações de prazos de serviços comerciais	2019	2018	%
Atendimentos realizados (unid)	2.941,00	2.800,00	5,04%
Atendimentos realizados fora do prazo (unid)	6,00	9,00	(33,33)%
Eficiência do atendimento (%)	99,79%	99,68%	0,11%
Número de reclamações de consumidores encaminhadas	2019	2018	%
À Empresa	482,00	181,00	166,30%
À ANEEL	3,00	-	100,00%
Ao PROCON	2,00	1,00	100,00%
À Justiça	1,00	-	100,00%
Indicadores Ambientais	2019	2018	%
Rede BT Protegida Isolada na área urbana (em km)	21,79	17,88	21,87%
Percentual da rede protegida isolada BT / total da rede de distribuição BT na área urbana.	40,83	34,77	17,43%
Rede MT Protegida Isolada na área urbana (em km)	10,23	7,22	41,69%
Percentual da rede MT protegida isolada / total da rede de distribuição na área urbana.	14,55	10,64	36,75%

4.1.13. Frota

A frota da cooperativa sofre constante manutenção e substituição. No ano de 2019 foram gastos em manutenção 631 mil reais valor 23% superior a 2018. Também foram substituídos 6 veículos, duas carcerias e adquirido um cesto aéreo totalizando 658 mil de investimento, valor 395% superior a 2018.

Veículos	2019	2018
Caminhões	5	4
Picapes	15	17
Veículos de Passeio	6	5
Total	26	26

4.1.14. Tecnologia da Informação

O ano de 2019 foi marcado por muitas melhoras na TI. Dentre elas grande parte foram em infraestrutura e serviços internos para melhor gerenciamento da TI, bem como para melhor atendimento aos setores da cooperativa que tanto necessitam da tecnologia em suas atividades, garantindo assim um atendimento de qualidade ao associado.

Antes de destacarmos as novidades, gostaríamos de salientar o que já temos em termos de tecnologia para os nossos associados. A Agência Virtual é o meio pelo qual o associado acessa e consulta as faturas e visualiza o histórico de consumo, tudo através da internet utilizando um computador ou smartpho-ne. Entre os serviços fornecidos pela Agencia Virtual, se tem:

- Segunda via da fatura;
- Registrar reclamações;
- Consulta de débitos;
- Histórico de consumo;
- Solicitar serviços;
- Entre outros.

Temos interligados os escritórios de Catuípe e Ajuricaba com acesso remoto aos sistemas da Ceriluz, possibilitando o atendimento do associado nas respectivas cidades, sem a necessidade de deslocamento à Ijuí. Também em sua sede em Ijuí, a cooperativa disponibiliza acesso Wifi aos associados em toda sua dependência, inclusive nas Usinas onde muitas vezes recebe visitantes associados e alunos de escolas da região.

O desenvolvimento das diversas áreas de negócio da cooperativa depende indiscutivelmente de boas soluções na área de tecnologia da informação, a qual dá suporte aos colaboradores em suas atividades, para que o atendimento ao associado tenha qualidade e agilidade. Essas tecnologias se fazem presente mediante aos sistemas de informações, nossos softwares, redes de computadores e o atendimento ao consumidor, através de processamento de informações, suporte e infraestrutura.

Neste ano, 2019, as principais atividades desenvolvidas no âmbito tecnológico da Ceriluz são as que seguem:

Troca de central telefônica: foi removida central telefônica antiga analógica, e optado por uma central virtualizada em máquina virtual. Garantimos assim mais qualidade com sinal digital, da mesma forma temos suporte contratado junto a empresa para atendimento mais rápido quando necessário.

Novos servidores de virtualização: muitos serviços da Ceriluz, como e-mail, site, base dados, backup de

arquivos e banco de dados, entre outros, são mantidos internamente na empresa. E para que isso seja possível necessitamos de máquinas potentes e com grande capacidade de armazenamento. Este ano foi adquirido 2 novos servidores para formarmos um cluster com 2 servidores idênticos em cada edificação, interligados logicamente por fibra ótica.

Novos discos SSDs para Virtualização: SSD vem se tornando cada vez mais acessível. Desta maneira este ano decidimos implementar a tecnologia Ceph de armazenamento distribuído através de unidades de armazenamento sólido. Assim nossas máquinas virtuais ficaram mais rápidas.

Novos servidores para Backup: para melhor a qualidade de nosso armazenamento em relação a espaço disponível e a segurança dos dados.

Novos equipamentos de telefonia: Com a troca da central telefônica foi necessário reestruturar os equipamentos dos colaboradores com a troca de telefones analógicos por telefones digitais (IP).

Novos Switches: Para implementar a troca da central telefônica foi necessário a compra de novos switches com tecnologia POE para os novos equipamentos IP.

Novos computadores: Foi realizado a compra de novos computadores para setores estratégicos da cooperativa, como parte da renovação do parque de máquinas. E também para evitar possíveis problemas com equipamentos ultrapassados.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

5.1. Análise do Resultado

Em 2019, a sobra foi de 6,958 milhões, contra R\$ 6,111 em 2018, um crescimento de 13,86 %. As Receitas de Fornecimento de Energia Elétrica, aumentaram em R\$ 12.900 milhões, o que representa um acréscimo de 22% em relação ao ano anterior. O referido acréscimo tem origem no resultado do reajuste tarifário de 2019 cujo efeito decorreu, em parte da aplicação do reajuste médio de 16,06% no qual decorreu a atualização dos itens de custos das Parcelas A e B e da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual cálculo tarifário e também da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no último processo tarifário, conforme processo 48500.002088/2019-16 da Aneel.

As outras receitas operacionais tiveram um aumento de R\$ 425 mil, destaca-se o ganho na alienação de bens e direitos, decorrentes da venda de materiais inservíveis.

Os custos não gerenciáveis – Parcela A teve um aumento de 80% na Energia Elétrica comprada pra revenda, esse aumento decorreu principalmente pelo efeito da retirada dos descontos tarifários no suprimento, nos termos da lei nº 13.360/2016, regulamentada pelo submódulo 8.5 do PRORET.

Os Custos Gerenciáveis – Parcela B totalizaram no período R\$ 28,384 milhões, 11% inferior ao ano de 2018 que registraram R\$ 32,052 milhões.

5.2. Variações Patrimoniais

Em 2019 o patrimônio da cooperativa aumentou em R\$ 27,960 milhões, tendo passado de R\$ 104,526 milhões em 2018 para R\$ 132,486 milhões em 2019, o que corresponde um aumento de 27%.

No ativo, as maiores variações ocorreram nos Serviços em Curso, devido manutenções de rede e manutenções prediais em andamento.

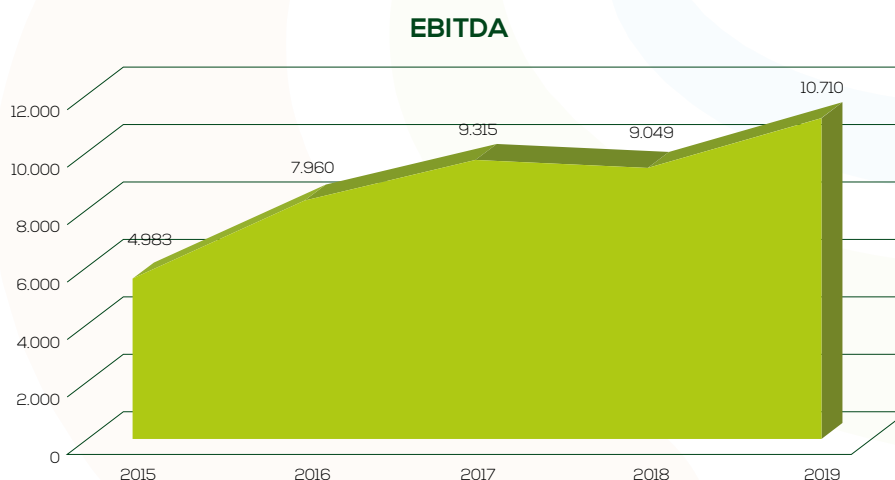
No passivo, os tributos tiveram um aumento de 131%, em especial o ICMS, que totalizou R\$ 490 mil, superior ao exercício anterior em R\$ 327 mil, sendo que parte desse impacto decorre da migração de determinados associados, da rural para classe residencial.

Os passivos regulatórios tiveram expressivo aumento em 2019 devido ao reconhecimento dos valores de bandeiras tarifárias não solicitadas pela Câmara de Comercialização de Energia, esses valores devem ser utilizados na modicidade tarifária.

Ainda no passivo, verifica-se um incremento de R\$ 881 mil em empréstimos e financiamentos no longo prazo, isso se deve a realização de um novo financiamento junto a Cresol Noroeste, uma liberação de R\$ 1 milhão, para prazo de 60 meses.

DEMONSTRAÇÃO DO CÁLCULO DO EBITDA	2019	2018	%
Ingressos/Receita Operacional Líquida	73.436	55.601	32%
(-) Custo do Serviço de Energia Elétrica	(71.224)	(53.528)	33%
(-) Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(974)	(568)	71%
(+) Outra Ingressos/Receitas Operacionais	523	402	30%
Resultado da Atividade ou EBIT	1.761	1.907	16%
(+) Depreciação e Amortização	8.498	7.142	19%
EBITDA	10.259	9.049	18%
Margem EBITDA (%)	14%	16%	(6)%

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 10,710 milhões, superior em 18,35% em 2018, que foi de R\$ 9,049 milhões, conforme evolução abaixo.



5.3. Investimentos

Em 2019, os investimentos da cooperativa, importaram em 6,480 milhões, 5,74% superiores em relação a 2018, dos quais 5,984 milhões foram realizados em ativos elétricos da Atividade de Distribuição.

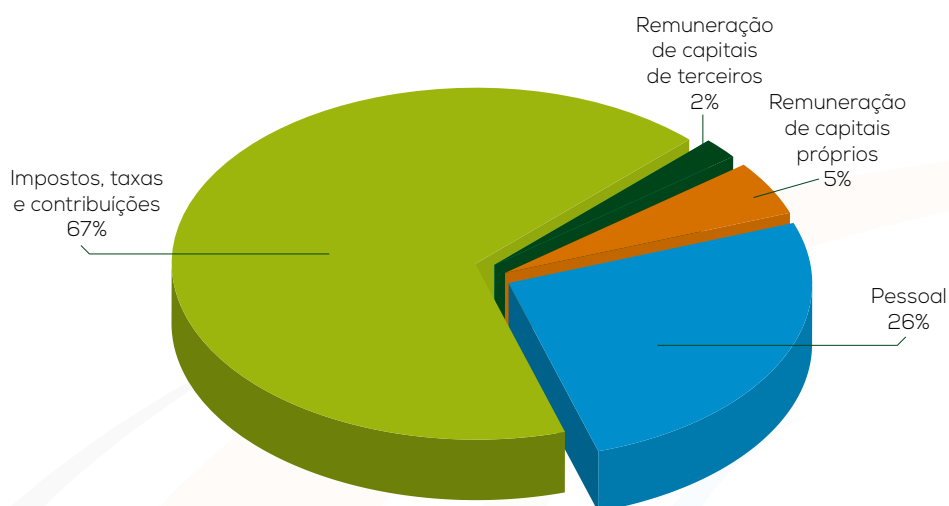
5.4. Captações de Recursos

Para a execução dos investimentos previstos para o exercício, a Cooperativa captou um total de R\$ 1 milhão junto à Cresol Noroeste.

5.5. Valor Adicionado

Em 2019, o valor adicionado líquido, gerado como riqueza, foi de R\$ 34.491 milhões, representando 36,45 % dos ingressos/ Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

Distribuição do Valor Adicionado em 2019



5.6. Planejamento Empresarial

A Ceriluz planeja suas metas e objetivos organizacionais, traçando estratégias e métodos para garantir aos associados a confiabilidade, estabilidade, serviços eficientes e com segurança, atuando de forma planejada, visando assegurar a disponibilidade de energia com qualidade para a demanda crescente cumprindo as tarifas homologadas pela Aneel.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo profissionalismo e comprometimento com que têm desempenhado seu papel. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho de todo quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Cooperativa.

Ijuí - RS, 31 dezembro de 2019
A Administração



**DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS
SOCIETÁRIAS
2019**

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS
COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74
6.1. BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

(Valores em Milhares de Reais)

ATIVO	Notas	2019	2018
CIRCULANTE		26.597	20.509
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.895	6.684
Consumidores	7	9.677	7.239
Concessionárias e permissionárias	7	175	8
Serviços em curso	8	846	259
Tributos compensáveis	9	584	599
Depósitos Judiciais e Cauções	10	278	-
Almoxarifado operacional	11	648	406
Investimentos temporários	12	29	15
Ativos regulatórios	13	2.995	1.747
Dispêndios/Despesas pagas antecipadamente	14	61	105
Outros ativos circulantes	15	3.409	3.447
NÃO CIRCULANTE		60.692	57.646
Tributos compensáveis	9	716	798
Depósitos judiciais e cauções	10	61	61
Outros ativos não circulantes	16	5.422	4.245
Bens e atividades não vinculadas a concessão	17	101	72
Imobilizado	18	2.844	2.263
Intangível	18	51.548	50.207
TOTAL DO ATIVO		87.289	78.155

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74
6.2. BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

(Valores em milhares de Reais)

PASSIVO	Notas	2019	2018
CIRCULANTE		11.423	11.631
Fornecedores	19	2.336	2.449
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	255	800
Obrigações sociais e trabalhistas	21	1.948	1.685
Tributos	22	637	275
Provisão para litígios	23	-	3.193
Encargos setoriais	24	1.418	1.098
Passivos regulatórios	25	1.386	161
Outros passivos circulantes	26	3.443	1.970
NÃO CIRCULANTE		10.823	7.766
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	890	9
Provisão para litígios	23	4.086	900
Outros passivos não circulantes	27	22	22
Obrigações vinculadas à permissão	28	5.825	6.835
TOTAL DO PASSIVO		22.246	19.397
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29		
Capital social		7.442	6.648
Reservas de capital		568	568
Outros resultados abrangentes		5.730	6.492
Reservas de sobras		49.761	43.583
Sobras à disposição da Assembleia		1.542	1.467
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		65.043	58.758
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		87.289	78.155

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
 PRESIDENTE
 CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
 CONTADOR/CRC-RS 079358
 CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74
6.3. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO

(Valores em Milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE	2019	2018
RECURSOS		
Resultado do Período	6.958	6.111
Demais Resultados	1.316	1.413
Realização de Reservas Reavaliação	556	580
Reversão da Baixa da Reavaliação	206	186
Reversão do Fundo de Assistência Técnica Educacional - FATES	554	647
Resultado do Exercício Abrangente	8.274	7.524
DESTINAÇÕES		
Destinações de Caráter Fiscal	567	187
Fates/Rates (Art. 87 da lei 5764/71)	567	187
Destinações de Caráter Legal - Estatutárias	6.165	5.870
Reserva Legal 45% - Artigo 47	3.468	3.302
FATES - 5% - Artigo 47	385	367
Reserva Manutenção Redes 30% - Artigo 47	2.312	2.201
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA A.G.O.	1.542	1.467

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
 PRESIDENTE
 CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
 CONTADOR/CRC-RS 079358
 CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74
6.4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL
 (Valores em Milhares de Reais)

CONTAS MUTAÇÕES	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE SOBRAS	SOBRAS E/OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31.12.2017	6.647	568	7.258	38.173	1.509	54.155
Destinação Conforme A.G.O	-	-	-	-	(1.509)	(1.509)
Realização do Capital	1	-	-	-	-	1
Realização de Reavaliação (Baixa)	-	-	(186)	-	186	-
Realização de Reavaliação	-	-	(580)	-	580	-
Realização do Fates/Rates	-	-	-	(647)	647	-
Sobra do Exercício	-	-	-	-	6.111	6.111
Destinação Estatutária Reserva Legal	-	-	-	3.302	(3.302)	-
Destinação Estatutária Fates/Rates	-	-	-	367	(367)	-
Destinação Estatutária Reserva Manut. Redes	-	-	-	2.201	(2.201)	-
Destinação Fiscal Fates/Rates	-	-	-	187	(187)	-
Saldo em 31.12.2018	6.648	568	6.492	43.583	1.467	58.758
Destinação Conforme A.G.O	-	-	-	-	(1.467)	(1.467)
Realização do Capital	794	-	-	-	-	794
Realização de Reavaliação (Baixa)	-	-	(206)	-	206	-
Realização de Reavaliação	-	-	(556)	-	556	-
Realização de Fates/Rates	-	-	-	(554)	554	-
Sobra do Exercício	-	-	-	-	6.958	6.958
Destinação Estatutária Reserva Legal	-	-	-	3.468	(3.468)	-
Destinação Estatutária Fates/Rates	-	-	-	385	(385)	-
Destinação Estatutária Reserva Manut. Redes	-	-	-	2.312	(2.312)	-
Destinação Fiscal Fates/Rates	-	-	-	567	(567)	-
Saldo em 31.12.2019	7.442	568	5.730	49.761	1.542	65.043

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
 PRESIDENTE
 CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
 CONTADOR/CRC-RS 079358
 CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA

CNPJ: 87.656.989/0001-74

6.5. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - DRE

(Valores em Milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Notas	2019	2018
Receita / Ingresso	31	94.132	73.118
Fornecimento de energia elétrica		39.434	24.449
Suprimento de energia elétrica		1.306	-
Disponibilização do sistema de distribuição		29.690	32.156
Ativos e Passivos Regulatórios		810	925
Serviços cobráveis		9	11
Doações, contrib. e subvenções		22.883	15.577
Tributos	32	(13.361)	(11.200)
ICMS		(12.037)	(10.119)
PIS-PASEP		(236)	(193)
COFINS		(1.088)	(888)
Encargos - Parcela "A"	33	(7.334)	(6.317)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		(5.345)	(3.711)
Taxa de Fiscalização - TFSEE		(146)	(132)
Outros encargos		(1.843)	(2.474)
Receita líquida / Ingresso líquido		73.437	55.601
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	34	(43.627)	(24.115)
Energia elétrica comprada para revenda		(34.314)	(15.098)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(9.313)	(9.017)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		29.810	31.486
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	35	(28.384)	(32.051)
Pessoal e administradores		(11.380)	(8.729)
Material		(3.218)	(5.827)
Serviços de terceiros		(3.061)	(3.026)
Arrendamentos e aluguéis		(39)	(49)
Seguros		(79)	(62)
Provisões		(3)	(2.940)
(-) Recuperação de dispêndios/despesas		408	340
Tributos		(75)	(62)
Depreciação e amortização		(3.045)	(2.874)
Gastos diversos		(7.892)	(8.822)
Outros Ingressos/ Receitas operacionais	36	6.734	6.974
Outras Dispêndios/ Despesas operacionais	37	(974)	(568)
Resultado da Atividade		7.186	5.841
Resultado Financeiro		28	333
Dispêndios/Despesas financeiras		(653)	(206)
Ingressos/Receitas financeiras		681	539
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		7.214	6.174
Contribuição social		(74)	(23)
Imposto de renda		(182)	(40)
Resultado líquido do exercício		6.958	6.111

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74
6.6. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

(Valores em Milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2019		2018	
1. Receitas	100.867		80.092	
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	71.240		57.530	
Receita c/ Construção	6.240		6.905	
Outras receitas (ativos não circ. e ativos constr. para uso próprio)	23.387		15.657	
2. Insumos Adquiridos de Terceiros	58.560		45.130	
Custo c/ Construção	6.240		6.905	
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	43.626		24.115	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	8.694		14.110	
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	42.307		34.962	
4. Depreciação, amortização e exaustão	3.045		2.874	
5. VALOR ADIC. LÍQUIDO GERADO EMPRESA (3-4)	39.262		32.088	
6. Valor Adicionado Recebido em Transferência	681		539	
Receitas financeiras, aluguéis e royalties	681		539	
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	39.943	%	32.627	%
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	9.090	22,76%	7.356	22,55%
Remuneração direta	6.429	16,09%	4.471	13,70%
Benefícios	1.908	4,78%	2.402	7,36%
Encargos Sociais - FG.T.S. e PIS Folha	753	1,89%	483	1,49%
Impostos,taxas e contribuições	23.242	58,19%	18.954	58,09%
Federais	11.205	28,06%	8.834	27,08%
Estaduais	12.036	30,13%	10.119	31,01%
Municipais	1	-	1	-
Remuneração de capitais de terceiros	653	1,63%	206	0,63%
Juros	653	1,63%	206	0,63%
Remuneração de capitais próprios	6.958	17,42%	6.111	18,73%
Lucros retidos	6.958	17,42%	6.111	18,73%
9. TOTAL DO VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	39.943	100%	32.627	100%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.


ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91


RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA
CNPJ: 87.656.989/0001-74
6.7. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC – MÉTODO DIRETO

(Valores em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
(+) Arrecadação Venda de Energia	43.804	31.434
(+) Arrecadação TUSD Consumidores Livres	29.690	32.157
(+) Arrecadação Venda para Suprimento de Energia	1.306	-
(+) Serviço Taxado	9	11
(+) Recebimento de Subvenção Baixa Renda	22.924	14.482
(+) Outros Recebimentos Operacionais	766	360
(-) Fornecedores - Materiais e Serviços	(18.803)	(17.658)
(-) Fornecedores - Energia Elétrica	(38.379)	(17.961)
(-) Salários e Encargos Sociais	(12.276)	(10.940)
(-) Tributos sobre a Receita - Federais	(1.092)	(1.018)
(-) Tributos sobre a Receita - Estaduais	(10.845)	(9.253)
(-) Tributos sobre o Lucro (IRPJ/CSLL)	(196)	(31)
(-) Encargos de Transmissão	(4.140)	(4.110)
(-) Demais Encargos Regulatórios	(6.116)	(6.962)
(-) Outras Despesas Operacionais	(2.100)	(982)
(-) Impostos, taxas e contribuições	(295)	(1.361)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	4.257	8.168
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
(+) Alienação de Imobilizado	509	149
(+) Recebimento Líquido de Receitas Financeiras de Aplicações Financeiras	230	47
(+) Resgates! Recebimentos de Ativos Financeiros Amortização e Juros	-	3.196
(-) Saque para Aplicações em Ativos Financeiros	(15)	(12)
(-) Aquisição Bruta de Imobilizado	(4.494)	(5.215)
(+) Participação Financeira do Consumidor em Obras	616	427
(-) Aquisição e Aumento de Participações Societárias e AFAC's Empresas Ligadas	(30)	-
(-) Outras Movimentações de Investimentos	-	-
Caixa Líquido Provenientes das Atividades de Investimentos	(3.184)	(1.408)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
(+) Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Curto Prazo	200	-
(+) Empréstimos e Financiamentos Obtidos - Longo Prazo	800	-
(-) Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas - CP	(821)	(949)
(-) Serviço da Dívida a Empresas Não Relacionadas - LP	(41)	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	138	(949)
Caixa Líquido Gerado no Período	1.211	5.811
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.684	873
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.895	6.684
Variação das contas Caixa e Equivalentes a Caixa	1.211	5.811

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.



ILOIR DE PAULI
PRESIDENTE
CPF 166.969.800-91



RUBIO FABRICIO MICHAEL
CONTADOR/CRC-RS 079358
CPF 925.751.290-87

7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

Nota 1 - Contexto Operacional

A Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda. – Ceriluz Distribuição é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, fundada em 20 de agosto de 1966, com sede na cidade de Ijuí, estado do Rio Grande do Sul e tem como principal objetivo o desenvolvimento sócio/econômico através da distribuição de energia elétrica e serviços de interesse de seu quadro de associados pessoas físicas ou jurídicas.

A entidade é regida pela Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971 que regulamenta o sistema cooperativista no país e tem como finalidade a prestação de serviços aos seus cooperados nas localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a ANEEL.

Nota 2 – Contratos de Permissão

A Cooperativa CERILUZ-DISTRIBUIÇÃO, em 27 de maio de 2010, firmou o contrato de permissão de serviço público de distribuição de Energia Elétrica com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL nº 036/2010 com prazo de vencimento previsto para maio de 2040, com possibilidade de prorrogação por mais 30 anos, a critério do poder concedente.

De acordo com o estabelecido no Contrato de Permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, as tarifas são reajustadas anualmente no mês de julho e revisadas a cada 4 anos.

Tanto os reajustes como as revisões possuem critérios e metodologias próprias, as quais são definidas pelo órgão regulador ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. A ANEEL estabelece uma tarifa diferente para cada agente (concessão ou permissão) de distribuição de energia em função das particularidades de cada distribuidora e o seu mercado.

As tarifas de energia elétrica devem permitir ao agente uma receita/faturamento suficiente para cobrir seus custos operacionais eficientes, remunerar os investimentos realizados, permitindo sua expansão e o equilíbrio econômico e financeiro da permissão. O Contrato também prevê que a permissionária deve ter estrutura apropriada e condizente com seu mercado, distribuindo uma energia dentro dos padrões técnicos definidos.

Nota 3 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais (R\$) e foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Fiscal.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas e pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC na forma da NBC TG 1000, aprovada pela resolução 1.255/2009 do CFC. Tais demonstrações contábeis ainda estão de acordo com a legislação fiscal e comercial em vigor e a Lei nº 5.764/1971 que trata especificamente das sociedades cooperativas, além de atender a legislação específica das permissionárias de energia elétrica emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL.

A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de ingressos/receitas e dispêndios/despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes das estimativas.

Essas demonstrações seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, exceto quando especificado em contrário.

Nota 4 - Alterações em Práticas Contábeis

Com o advento da Lei nº 11.638/2007, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IAS e IFRS), novos pronunciamentos técnicos vêm sendo expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em consonância com as referidas normas internacionais de contabilidade e convertidos em Normas Brasileiras de Contabilidade.

Nota 5 - Sumário das Principais Práticas Contábeis

(a) Moeda Funcional

A moeda funcional da entidade é o real (R\$).

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos de curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações de curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

(c) Consumidores

Englobam os valores a receber e são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na realização.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação as contas a receber de consumidores, a mesma é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidas a mais de 90 dias, da classe comercial vencidos a mais de 180 dias e da classe industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos a mais de 360 dias, conforme definido na Instrução Contábil nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

(e) Estoques

Os materiais em estoque de manutenção, classificados no ativo circulante e os materiais destinados a investimentos, classificados no ativo intangível em curso estão registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização.

(f) Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses seguintes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

(g) Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas.

(h) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção (sendo os bens adquiridos no Brasil, acrescidos de atualizações monetárias até 1995). A amortização é calculada pelo método linear, tomando por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro, conforme determina a Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de outubro de 2015.

Os encargos de amortização, correspondentes à parcela de reavaliação de bens intangíveis, são registrados diretamente nas contas de despesas, sendo procedida a realização da reserva de reavaliação diretamente para a conta de sobras ou perdas do exercício.

Parte da amortização registrada na despesa é transferida para a respectiva conta redutora das Obrigações Especiais, apurando a taxa média de amortização dos ativos correspondentes e aplicando-a sobre o saldo das obrigações especiais.

(i) Obrigações Especiais

As obrigações especiais correspondem ao saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios e Estados, da União Federal e de Consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em conjunto com a permissionária, conforme previsto na instrução contábil nº 6.3.14 do MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Inclui também os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e de Pesquisa e Eficiência Energética – PEE. Em atendimento à previsão do MCSE.

(j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Impairment

Consoante ao que determina a NBC TG 01 (R3), aprovada pela resolução 1.292/10 do CFC, que trata da redução do ativo ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda.

Ainda, considerando que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da amortização ou de custos previstos na empresa de referência, e que no final da permissão os bens remanescentes serão indenizados, o entendimento da Administração da Ceriluz Distribuição é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

(k) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

(l) Empréstimos e financiamentos

Os saldos dos empréstimos e financiamentos incluem o valor principal, os juros, variações monetárias e demais encargos contratuais incorridos até a data do balanço, pelo custo amortizado.

(m) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo

Os ativos e passivos de longo prazo da Cooperativa são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da Cooperativa.

(n) Provisão para Contingências

Os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações contábeis, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate destes depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

(o) Apuração do Resultado

A Cooperativa tem como prática a adoção do regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

(p) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES

Os dispêndios/despesas com assistência técnica, educacional e social, realizadas no exercício, foram contabilizadas originalmente em contas de despesa. No encerramento do exercício, o respectivo valor foi revertido da conta do FATES para a conta Sobras ou Perdas do Exercício.

Os referidos dispêndios/despesas totalizaram R\$ 554 mil em 2019 e resultaram de pagamento de assistência médica, seguro de vida, estudos e treinamentos aos colaboradores, plano de saúde e eventos com palestras aos associados, conforme permite a legislação.

(q) Regime de Tributação

O regime de tributação da Cooperativa é o Lucro Real.

Nota 6 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Instituição Financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuner. no Venc. %	2019	2018
Caixa e Bancos				858	299
Sicredi	Sicredinvest	Diário	95% CDI	303	4.928
Sicredi	Sicredinvest	Diário	100% CDI	452	-
Sicredi	Sicredinvest	16/01/20	100% CDI	1.503	-
Sicredi	Sicredinvest	22/01/20	100%CDI	400	-
Sicredi	Sicredinvest	26/01/20	100%CDI	600	-
Banco do Brasil S. A	CDB-DI	Diário	97% CDI	1.110	1.002
Banco Santander S. A	CDB-DI	Diário	94,5%CDI	503	203
Banrisul	Super CDB	Diário	97%CDI	1.009	251
Caixa Econômica Federal	CDB-DI	Diário	95,5%CDI	502	-
Poupança Sicredi	CDB-DI	Diário	70%CDI	1	1
Cresol Ijuí	CDB-DI	03/01/20	100%CDI	553	-
Cresol Augusto Pestana	CDB-DI	Diário	100%CDI	101	-
TOTAL				7.895	6.684

Nota 7 – Consumidores

DESCRIÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS				TOTAL 2019 LÍQUIDO	TOTAL 2018 LÍQUIDO	
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 Dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	8.637	-	660	7	13	68	(80)	16	16	9	13	(5)	9.354	6.909
Residencial	579	-	218	4	2	14	(20)	4	2	3	1	(1)	806	281
Industrial	1.976	-	8	-	-	11	(11)	-	-	-	1	-	1.985	1.541
Comercial	986	-	82	1	-	5	(6)	7	5	1	1	(1)	1.081	913
Rural	2.485	-	334	2	11	32	(37)	4	5	5	10	(3)	2.848	2.515
Poderes Públicos	28	-	3	-	-	4	(4)	-	-	-	-	-	31	23
Iluminação Pública	21	-	-	-	-	-	-	1	4	-	-	-	26	17
Serviço Público	318	-	14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	332	267
Serviço Taxado	1	-	1	-	-	2	(2)	-	-	-	-	-	2	2
Fornecimento Não Faturado	2.243	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.243	1.350
(-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	36	215	7	2	-	-	-	-	-	-	-	-	260	265
Outros Créditos	41	1	20	-	1	3	(3)	-	-	-	-	-	63	65
TOTAL CONSUMIDORES	8.714	216	687	9	14	71	(83)	16	16	9	13	(5)	9.677	7.239
Suprimento Energia - Moeda Nacional	167	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	167	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	8
Suprimento \ Encargos Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS	175	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	175	8
TOTAL	8.889	216	687	9	14	71	(83)	16	16	9	13	(5)	9.852	7.247

Os valores a receber são provenientes do fornecimento de energia elétrica e prestação de serviço aos associados da Cooperativa e estão registrados no ativo circulante.

A provisão para devedores duvidosos foi mensurada e reconhecida a partir dos parâmetros recomendados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

O valor de R\$ 88 mil é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

Nota 8 – Serviços em Curso

	2019	2018
Manutenção de Redes	846	259
Total de Serviço Próprio em Curso	846	259

Nota 9 – Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis
Ativo Circulante

	2019	2018
ICMS a Recuperar Curto Prazo	575	575
IRRF a Compensar	2	17
IRRF a Recuperar	7	9
Contribuição Social Estimada	-	(2)
Total de Tributos Compensáveis	584	599

Ativo Não Circulante

	2019	2018
ICMS a Recuperar Longo Prazo	716	798
Total de Tributos Compensáveis	716	798

Os créditos de ICMS a recuperar referem-se ao valor do ICMS pago na aquisição de imobilizados e intangíveis relacionados a atividade de Distribuição, instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº102/2000.

Nota 10 – Depósitos Judiciais e Cauções

Contingências	Curto Prazo	Longo Prazo	Valor Estimado 2019	Valor Estimado 2018
Trabalhistas	-	61	61	61
Cíveis	-	-	-	-
Fiscais	278	-	278	-
Total de Contingências	278	61	339	61

Em reunião realizada no dia 23/08/2018, mediada pelo Grupo Setorial de Energia da SEFAZ/RS, em Porto Alegre/RS, presentes as cooperativas permissionárias de distribuição de energia elétrica atuantes no Estado do Rio Grande do Sul, foram apresentadas comunicações de autuações aos agentes pelo não recolhimento de ICMS no período de abril/2013 à agosto/2018, referente às parcelas recebidas da subvenção, com fulcro no Decreto 7.891/2013, das classes rurais, irrigantes e serviços públicos de água e esgoto.

Diante das pontuações, por orientação da assessoria jurídica contratada, indicada via Federação, encaminhamos consulta formal à SEFAZ/RS para embasamento legal da cobrança suscitada, a qual tomamos ciência da resposta em 01/11/2018, cuja argumentação ponderando cabível a incidência de ICMS. Mediante alegações, em 18/11/2018, foi impetrado mandado de segurança, através do processo nº 9065443-47.2018.8.21.0001, face a 6ª Vara Pública de Porto Alegre/RS, contestando o alegado, referenciando a ilegalidade do imposto sobre a subvenção criada através da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético, com pedido liminar, deferida, então, pelo recurso, o que determinou a suspensão de qualquer ato de lançamento ou cobrança do tributo em discussão até decisão final.

Ato contínuo, em 17/12/2018 recebemos da SEFAZ/RS o Auto de Lançamento nº 42237653 – Processo Administrativo nº 18/1404 0030183-4, com valores totais para pagamento ao montante de R\$ 3.251.544,53 (principal R\$ 1.750.676,18, multa R\$ 1.050.405,43, juros R\$ 450.462,92), sobre o qual também foi apresentada impugnação administrativa.

Por se tratar de matéria recente, com direcionamento jurídico favorável, a Cooperativa optou por efetuar depósitos judiciais com valores a partir da competência de janeiro de 2019.

Nota 11 – Estoques

	2019	2018
Almoxarifado de Manutenção de Redes	571	402
Resíduos e Sucatas	77	4
Total do Estoque	648	406

Os materiais destinados a investimento no serviço permitido não estão registrados nesse grupo de contas, pois conforme preceitua o MCSE, na contabilidade regulatória os mesmos integram o ativo imobilizado em curso, por consequência na societária está compondo o Intangível em Curso.

Nota 12 – Títulos e Valores Mobiliários

A composição da conta Títulos e Valores Mobiliários é a seguinte:

	2019	2018
Banrisul Capitalização	27	14
BB Capitalização	2	1
Total Títulos e Valores Mobiliários	29	15

Nota 13 – Ativos Financeiros

Os valores se referem à constituição e registro dos componentes financeiros ativos em curso em relação ao próximo reajuste tarifário.

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante
Demais Ativos Financeiros Setoriais	1.747	4.051	(2.803)	2.995	1.254	1.741	2.995
Repasso de PIS/COFINS Suprimento	1.096	3.376	(1.639)	2.833	1.254	1.579	2.833
Ajustes CUST PIS/COFINS ONS	336	675	(849)	162	-	162	162
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	315	-	(315)	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	1.747	4.051	(2.803)	2.995	1.254	1.741	2.995

Nota 14 – Dispêndios/ Despesas Pagas Antecipadamente

A composição da conta dos dispêndios/despesas pagas antecipadamente é a seguinte:

	2019	2018
Prêmio de Seguro de Veículos	9	6
Publicidade	52	54
IPVA	-	45
Total Dispêndios/Despesas Pagas Antecipadamente	61	105

Nota 15 – Outros Ativos Circulantes

	2019	2018
CDE Aneel	1.887	1.927
Empregados	149	117
Adiantamento a Fornecedores	183	418
Outros Devedores	-	-
Alienação de Bens e Direitos	-	1
Dispêndios a Reembolsar	764	594
Rendas a receber	2	-
Desativações e Alienações	424	390
Total Outros Recebíveis	3.409	3.447

Nota 16 – Outros Ativos não Circulantes

	2019	2018
Indenização pela Concessão a receber	5.241	4.064
Pagamentos Judiciais a Receber	181	181
Total Outros Ativos Não Circulantes	5.422	4.245

Indenização pela Concessão a Receber

Tais ativos correspondem à parcela dos bens e instalações, que em função de suas vidas úteis e do prazo de permissão, não estarão amortizados ao final do mesmo. Conforme previsto no contrato de permissão o valor dos mesmos será objeto de indenização.

	2019	2018
Em Serviço		
Máquinas - Redes de Distribuição	4.011	2.834
Máquinas - Subestação CERILUZ 01	510	510
Máquinas - Subestação CERILUZ 02	653	670
Terrenos - Subestação CERILUZ 02	18	18
Edificação - Subestação CERILUZ 02	49	32
Total Indenização pela Concessão a Receber	5.241	4.064

Nota 17 – Investimentos

O valor de recuperação do ágio sobre investimentos é avaliado anualmente de acordo com os critérios e métodos estabelecidos pela NBC TG 01 (R3) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Para os exercícios sociais apresentados não foram identificadas quaisquer perdas por redução ao valor recuperável para os ágios da Cooperativa.

INVESTIMENTOS	2019	2018
Composição dos Investimentos em Sociedades Cooperativas		
Participação FECOERGS	1	1
Participação SICREDI Augusto Pestana	57	54
Participação SICREDI Catuípe	8	7
Participação CRESOL Santo Augusto	5	5
Participação Crehnor Noroeste Ijuí	30	-
Participação Cresol Augusto Pestana	-	-
Total 1	101	67
Composição em Incentivos Fiscais		
Ações FINOR	-	2
Ações FINAM	-	3
Ações EMBRAER	-	-
Total 2	-	5
TOTAL (1+2)	101	72

Nota 18 – Imobilizado e Intangível

a) Imobilizado em Serviço e em Curso

O imobilizado está registrado ao custo (sendo os bens adquiridos no Brasil, acrescidos de atualizações monetárias até 1995) e inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas.

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Distribuição	2.279	538	(375)	2.442	163	(867)	1.575	1.528
Veículos	2.279	538	(375)	2.442	163	(867)	1.575	1.528
Administração	282	390	-	672	390	(155)	517	189
Terrenos	40	-	-	40	-	-	40	40
Máquinas e Equipamentos	175	116	-	291	116	(100)	191	111
Veículos	67	141	-	208	141	(49)	159	38
Móveis e Utensílios	-	133	-	133	133	(6)	127	-
Subtotal	2.561	928	(375)	3.114	553	(1.022)	2.092	1.717
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Distribuição	436	184	(45)	575	139	-	575	436
Outros	436	184	(45)	575	139	-	575	436
Administração	110	324	(257)	177	67	-	177	110
Máquinas e Equipamentos	1	324	(148)	177	176	-	177	1
Outros	109	-	(109)	-	(109)	-	-	109
Subtotal	546	508	(302)	752	206	-	752	546
Total do Ativo Imobilizado	3.107	1.436	(677)	3.866	759	(1.022)	2.844	2.263

b) Intangível em Serviço e em Curso

Conforme o Decreto nº 41.019/1957, os bens e instalações utilizados principalmente na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução Normativa nº 691/2015 da ANEEL, entretanto, regulamentou a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Ativo Intangível em Serviço								
Distribuição	66.439	14.739	(12.112)	69.066	2.627	(24.466)	44.600	43.625
Softwares	91	-	-	91	-	(62)	29	40
Outros	66.348	14.739	(12.112)	68.975	2.627	(24.404)	44.571	43.585
Administração	420	16	-	436	16	(350)	86	105
Softwares	410	16	-	426	16	(341)	85	103
Outros	10	-	-	10	-	9	1	2
Subtotal	66.859	14.755	(12.112)	69.502	2.643	(24.816)	44.686	43.730
Ativo Intangível em Curso								
Distribuição	6.476	10.150	(9.764)	6.862	386	-	6.862	6.477
Softwares	107	-	(10)	97	(10)	-	97	107
Outros	6.369	10.150	(9.754)	6.765	396	-	6.765	6.370
Subtotal	6.476	10.150	(9.764)	6.862	386	-	6.862	6.477
Total do Ativo Intangível	73.335	24.905	(21.876)	76.364	3.029	(24.816)	51.548	50.207

c) ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão:

Essa instrução define a forma de contabilização dos ativos de concessões e permissões. O impacto nas Demonstrações Contábeis foi a transferência dos saldos do Ativo Imobilizado e das Obrigações Especiais para o Ativo Intangível referente ao direito de cobrança de tarifa dos consumidores (direito de exploração da Permissão), e eventual registro de um ativo financeiro, representando um direito incondicional da Cooperativa de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da permissão. Desta prática, a permissionária deve reconhecer receitas e custos na forma da Seção 23 da NBC TG 1000 (receitas) relativos a prestação de serviços de construções e melhoria na infraestrutura (serviços de construção e melhoria), desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção (nota 29 e 30) estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

d) Vidas Úteis e Taxas de Depreciação

Em 11 de agosto de 2015 a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 674, determinou a adoção de novas taxas de depreciação, às quais resultaram de estudos realizados para revisão da vida útil dos bens patrimoniais.

Os valores contabilizados como dispêndios/despesas de depreciação e amortização no exercício de 2019 foram de R\$ 3,045 milhões.

Taxas de Depreciação (%)	
Distribuição	(%)
Banco de Capacitores	6,67%
Chave de Distribuição	6,67%
Condutor do Sistema	3,57%
Estrutura do Sistema	3,57%
Regulador de Tensão	4,35%
Religador de Tensão	4,00%
Transformador de Distribuição	4,00%
Transformador de Medida	4,35%
Administração	(%)
Equipamento Geral	6,25%
Direitos, Marcas e Patentes - Software	20,00%
Edificação	3,33%
Veículos	14,29%

e) Redução ao valor Recuperável – Impairment

A Administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões/permisões de serviço público, admitindo, por hora, e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor dos livros. Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final das concessões/permisões ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente. Diante dessas premissas, a Cooperativa não identificou necessidade de constituição de provisão para impairment.

Nota 19 – Fornecedores

	2019	2018
Encargos de Uso de Rede Elétrica	81	72
Suprimento de Energia	1.063	947
Materiais e Serviços	1.192	1.430
Total Fornecedores	2.336	2.449

Nota 20 – Empréstimos e Financiamentos

Os valores dos empréstimos encontram-se atualizados de acordo com as taxas contratuais pactuadas em cada contrato e classificados no Passivo Circulante e Não Circulante de acordo com os prazos de vencimento. Para a execução dos investimentos previstos para o exercício, a Cooperativa captou um total de R\$ 1 milhão junto à Cresol Noroeste.

INSTITUCIONAL/LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal+ Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação /Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequencia Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequencia de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de LP				
																2021	2022	2023	2024	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	55	200	890	1.145	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	241	228	216	205	890
CAPITAL DE GIRO CRESOL	55	200	890	1.145	Sim	dez/19	Outras	CDI	5,54%	22/01/20	Mensal	22/01/20	22/12/24	Mensal	SAC	241	228	216	205	890
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total por Dívida	55	200	890	1.145	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	241	228	216	205	890
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	55	200	890	1.145	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	241	228	216	205	890
Tributária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intra-Setoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Composição do Endividamento e Dívida Líquida – R\$ Mil

RESUMO	Principal + Juros CP	Principal + Juros LP	Total 2019	Total 2018
(+) Dívida Bruta	255	890	1.145	809
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	255	890	1.145	809
Tributária	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Intra-setoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-
(-) Ativos Financeiros	-	-	(7.895)	(6.684)
Alta Liquidez	-	-	(7.895)	(6.684)
Demais Aplicações Financeiras	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-
(+) Dívida Líquida I	255	890	(6.750)	(5.875)
(+/-) Derivativos / Fair Value	-	-	-	-
(+) Dívida Líquida II	255	890	(6.750)	(5.875)

Nota 21 – Obrigações Sociais e Trabalhistas

	2019	2018
Tributos e Contribuições Sociais Retidos na Fonte	479	409
Consignação em Favor da Concessionária	22	23
Folha de Pagamento Líquida	232	222
Provisão de Férias	1.215	1.031
Total Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.948	1.685

Nota 22 – Tributos e Contribuições Sociais a Recolher

Os Tributos e contribuições sociais a recolher estão assim distribuídos:

	2019	2018
Passivo Circulante		
ICMS a Recolher	490	163
CSLL a Recolher	6	-
IRPJ a Recolher	7	-
PIS s/ Faturamento	23	16
COFINS s/ Faturamento	104	73
I.S.S.Q.N a Recolher	1	4
INSS a Recolher	1	6
PIS/COFINS a Recolher	3	8
Imposto de Renda a Recolher	1	3
Contribuição Social a Recolher	1	2
Total Obrigações Sociais e Trabalhistas	637	275

Nota 23 – Provisão para Litígios

A Cooperativa é parte envolvida em ações Trabalhistas, Cíveis e Tributárias e está discutindo estas questões na esfera judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são estimadas e atualizadas pela Administração que as considera prováveis, amparada pela opinião da assessoria jurídica da Cooperativa.

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2018	900	7	3.186	-	-	-	4.093
Constituição	80	-	120	-	-	-	200
Pagamentos	(200)	-	-	-	-	-	(200)
Ganhos de Causa / Ajustes Probabilidades	-	(7)	-	-	-	-	(7)
Atualização Monetária	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2019	780	-	3.306	-	-	-	4.086
Circulante	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante	780	-	3.306	-	-	-	4.086

No ano de 2019 foram constituídas provisões contábeis no montante de R\$ 100 mil para suportar eventuais perdas em processos Fiscais e R\$ 80 mil para processos trabalhistas, considerando o prognóstico de nossa assessoria jurídica

A cooperativa tem outros processos que a assessoria jurídica indicou como possíveis de perda que somam o montante de R\$ 336 mil.

Nota 24 – Encargos Setoriais:

	2019	2018
P&D - Empresa	82	77
Programa de Eficiência Energética - P.E.E.	276	261
Encargos CDE	566	360
Proinfa	102	84
Bandeiras Tarifárias	392	316
Total Encargos Setoriais	1.418	1.098

CDE – Conta de Desenvolvimento Energético: foi criada através da Lei 10438/2002, no artigo 13, visando além do desenvolvimento energético dos estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, devendo os seus recursos observar as vinculações previstas em Lei. Este encargo na forma da Lei 12783/2013 e regulamentada pelo Decreto 7891/2013 teve suas finalidades alteradas com vistas a modicidade tarifária.

PEE e P&D – São valores apurados até 30 de abril de 2016, a partir de quando as permissionárias ficaram desobrigadas de novos recolhimentos a estes vinculados. A partir de maio de 2016 a cooperativa apenas registra atualizações mensais, aguardando orientação da ANEEL para destinação dos saldos.

Nota 25 – Passivos Regulatórios

Os valores se referem ao registro da neutralidade dos encargos setoriais (Parcela “A”) – denominados custos não gerenciáveis e corresponde à diferença entre os valores destes encargos reconhecidos na Revisão Tarifária em relação ao mercado verificado, bem como, a provisão de constituição (em curso) de passivos regulatórios – componentes financeiros em relação ao próximo Reajuste Tarifário.

Passivos Financeiros Setoriais – R\$ Mil	Saldo em 31/12/2018	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo 31/12/2019	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
Demais Passivos Financeiros Setoriais	161	1.551	(326)	-	-	1.386	197	1.189	1.386	-
Compensação DIC FIC	72	115	(132)	-	-	55	37	18	55	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade Parcela A	89	499	(194)	-	-	394	160	234	394	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	937	-	-	-	937	-	937	937	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	161	1.551	(326)	-	-	1.386	197	1.189	1.386	-

Nota 26 – Outros Passivos Circulantes

	2019	2018
Consumidor	41	26
Outros Credores	3.402	1.944
Total Passivos Circulantes	3.443	1.970

a) Consumidor:

Refere-se a consumidores (associados) da Cooperativa de Distribuição de Energia autorizam em documento junto ao setor de faturamento, uma autorização para debitar o valor de sua livre escolha para beneficiar a entidade de sua região, seguro residencial, energia recebida em duplicidade e compensações a consumidores.

b) A Conta Outros Credores:

Convênios de arrecadação de Iluminação pública firmado com as prefeituras, valores recebidos que estão em classificação e credores diversos.

Compões esse grupo de contas também a destinação das sobras de 2017 e 2018, aprovadas pelas AGO de 2018 e 2019 que ainda não foram utilizadas no projeto aprovado, totalizando R\$ 2,977 milhões.

Nota 27 – Outras Contas a Pagar

	2019	2018
Retenção Causas Trabalhistas	22	22
Total de Outras Contas a Pagar	22	22

Nota 28 – Obrigações Vinculadas a Permissão

Conforme determinou a SFF as receitas com Ultrapassagem de Demanda e Excedentes de Reativo não estão enquadradas nas regras estabelecidas nos Submódulos 2.1- Procedimentos Gerais e 2.1A – Procedimentos Gerais – Aditivo Contratual 2016, que alcançam exclusivamente as concessionárias de distribuição. Dessa maneira, no ano de 2019 a cooperativa reverteu os valores lançados em Obrigações Vinculadas a Concessão – Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativo para a respectiva classe faturada na receita.

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Em Serviço	5.858	673	-	-	6.531	673	(1.136)	5.395	4.931
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	5.708	673	-	-	6.381	673	(987)	5.394	4.949
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	150	-	-	-	150	-	(149)	1	(18)
Em Curso	1.904	1.843	(1.463)	(1.854)	430	(1.474)	-	430	1.904
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	235	1.066	-	(1.212)	89	(146)	-	89	235
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	214	568	-	(522)	260	46	-	260	214
Valores Não Aplicados	55	146	-	(120)	81	26	-	81	55
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	779	37	(816)	-	-	(779)	-	-	779
Excedente de reativos	621	26	(647)	-	-	(621)	-	-	621
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	7.762	2.516	(1.463)	(1.854)	6.961	(801)	(1.136)	5.825	6.835

Nota 29 – Patrimônio Líquido
29.1. Capital Social

O Capital Social da Cooperativa, no valor de R\$ 7,442 milhões é formado por cotas partes referentes a 15.677 associados em 31 de dezembro de 2019.

29.2. Natureza e Finalidade das Reservas

a) Fundo de Reserva: é indivisível para distribuição entre os cooperados, mas a sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. Sendo constituído de 45% (antes de 2014 30%) das sobras do exercício social, além de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral, destina-se à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

b) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES: também é indivisível entre os cooperados, sendo constituído por 5% das sobras líquidas do exercício social e pelo resultado das operações com terceiros, conforme previsão estatutária, destinado à cobertura de gastos com assistência técnica e social dos cooperados, seus dependentes, e dos próprios empregados. Sua constituição é estabelecida pela Lei 5.764/1971.

c) Fundo de Manutenção e Expansão: é constituído por 30% das sobras líquidas do exercício social, além de eventuais destinações da Assembleia Geral, e destina-se às necessidades operacionais das redes, linhas, ramais e ou acessórios.

29.3. Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária

	2019	2018
Resultado do Exercício	8.274	7.524
Destinações de Caráter Fiscal - FATES	567	187
Destinações de Caráter Legal Estatutário:	6.165	5.870
Fundo de Reserva Legal	3.468	3.302
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	385	367
Fundo de Manutenção e Expansão	2.312	2.201
Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária	1.542	1.467

As sobras apuradas após a constituição das reservas ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação.

Nota 30 – Instrumentos Financeiros

a) Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os principais instrumentos financeiros são:

Caixa e equivalentes de caixa: apresentados na nota 6;

Consumidores: apresentadas na nota 7;

Empréstimos e Financiamentos: apresentados na nota 20.

b) Valor Justo

	2019		2018	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.895	7.895	6.684	6.684
Contas a Receber	9.677	9.677	7.239	7.239
Empréstimos e Financiamentos	1.145	1.145	809	809
Total	18.717	18.717	14.732	14.732

c) Classificação dos Instrumentos Financeiros

	Mantidos para Negociação	Mantidos até o Vencimento	Destinados a Venda	Empréstimos e Recebíveis
Ativos Financeiros:				
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	7.895	-	7.895
Contas a Receber	-	9.677	-	9.677
Total	-	17.572	-	17.572
Passivos Financeiros:				
Empréstimos e Financiamentos	-	1.145	-	1.145
Total	-	1.145	-	1.145

d) Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios

Risco de Taxas de Juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a empresa vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que aplicadas aos seus passivos e ativo captados (aplicados) no mercado.

Risco de Taxas de Câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando os dispêndios/despesas financeiras (ou ingressos/receita) e o saldo passivo (ou ativo), de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

Risco de Crédito: advém da possibilidade da Cooperativa não receber valores decorrentes de operações de distribuição de energia elétrica ou de créditos detidos junto a instituições financeiras, gerados por operações de aplicação financeira.

Risco de Gerenciamento de Capital: advém da escolha da Cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

Nota 31 – Ingressos/Receitas Operacionais

	2019	2018
Fornecimento de energia elétrica	39.434	24.449
Suprimento de energia elétrica	1.306	-
Disponibilização do sistema de distribuição	29.690	32.156
Ativos e Passivos Regulatórios	810	925
Serviços cobráveis	9	11
Doações, contrib. e subvenções	22.883	15.577
Total Ingressos/ Receitas	94.132	73.118

Conforme determinou a SFF as receitas com Ultrapassagem de Demanda e Excedentes de Reativo não estão enquadradas nas regras estabelecidas nos Submódulos 2.1- Procedimentos Gerais e 2.1A – Procedimentos Gerais – Aditivo Contratual 2016, que alcançam exclusivamente as concessionárias de distribuição. Dessa maneira, no ano de 2019 a cooperativa reverteu os valores lançados em Obrigações Vinculadas a Concessão – Ultrapassagem de demanda e Excedente de reativo para a respectiva classe faturada na receita.

Fornecimento de Energia - TE

Contabilização da receita de fornecimento faturado e não faturado de energia elétrica para a unidade consumidora com fim residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público.

Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica – TUSD

Contabilização dos encargos de uso de rede elétrica derivados da receita faturada de Consumidores cativos, Consumidores livres e Encargos de conexão de agentes de geração.

Suprimento de energia

Contabilização da receita faturada, proveniente do suprimento de energia elétrica dos agentes de distribuição.

Ativos e Passivos Regulatórios

Contabilização das variações positivas e negativas de demais itens financeiros constantes nos reajustes e/ou revisões tarifárias de itens da conta de demais ativos regulatórios, das variações positivas e negativas e ajustes de valores positivos e negativos de demais ativos regulatórios ocorridas em períodos intercalares às datas de reajuste e/ou revisão tarifária, e de eventuais saldos a serem adicionais das tarifas futuras em função de revisões tarifárias concedidos a maior temporariamente.

Serviços cobráveis

Contabilização de receitas referente aos serviços cobráveis, realizados mediante solicitação do consumidor. Os serviços a serem considerados nesta conta são: Vistoria de unidade consumidora; Aferição de medidor; Verificação de nível de tensão; Religação normal; Religação de urgência; Emissão de segunda via de fatura; Emissão de segunda via da declaração de quitação anual de débitos; Disponibilização dos dados de medição armazenados em memória de massa; Desligamento e religação programados; Fornecimento de pulsos de potência e sincronismo para unidade consumidora do grupo A;

Doações, contribuições e subvenções

Contabilização da receita de subvenção criada pela Lei 13.360/2017 para cooperativas com baixa densidade de carga;

Contabilização da receita de subvenção criada pela Lei 10438/2002, alterada pela Lei 12783/2013, que tem como finalidade conceder descontos tarifários a diversos usuários (baixa renda, rural, irrigante, etc); custear a geração de energia nos sistemas elétricos isolados por meio da Conta de Consumo de Com-

bustíveis – CCC; pagar indenizações de concessões; incentivar o programa de subvenção à expansão da malha de gás natural; garantir a modicidade tarifária; promover a competitividade do carvão mineral nacional; entre outros.

Nota 32 – Tributos sobre os Ingressos/Receitas

	2019	2018
ICMS	(12.037)	(10.119)
PIS-PASEP	(236)	(193)
COFINS	(1.088)	(888)
Total Tributos	(13.361)	(11.200)

Nota 33 – Encargos da Parcela “A”

	2019	2018
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(5.345)	(3.711)
Taxa de Fiscalização - TFSEE	(146)	(132)
Outros encargos	(1.843)	(2.474)
Total Encargos - Parcela “A”	(7.334)	(6.317)

Conta de desenvolvimento

Contabilização do repasse da subvenção criada pela Lei 10438/2002, alterada pela Lei 12783/2013, que tem como finalidade conceder descontos tarifários a diversos usuários (baixa renda, rural, irrigante, etc); custear a geração de energia nos sistemas elétricos isolados por meio da Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; pagar indenizações de concessões; incentivar o programa de subvenção à expansão da malha de gás natural; garantir a modicidade tarifária; promover a competitividade do carvão mineral nacional; entre outros.

Taxa de Fiscalização – TFSEE

Contabilização do repasse da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica que foi criada, pela Lei nº. 9.427, de 26/12/1996, e regulamentada pelo Decreto nº. 2.410, de 28/11/1997, com a finalidade de constituir a receita da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para cobertura dos seus dispêndios/despesas administrativas e operacionais.

Outros encargos

Bandeiras Tarifárias - Instituída pela Resolução Normativa nº 547 de 16/04/2013, passou a ser cobrada dos consumidores das permissionárias em 01/07/2015. Valor arrecadado é repassado a CCEE.

Nota 34 – Custos não Gerenciáveis - Parcela “A”

	2019	2018
Custo da Energia		
Energia Elétrica Comprada para Revenda	34.314	15.098
Encargos de Transmissão, Conexão e Distribuição	9.313	9.017
TOTAL	43.627	24.115

Nota 35 - Custos gerenciáveis - Parcela "B"

	2019	2018
Pessoal e administradores	(11.380)	(8.729)
Material	(3.218)	(5.827)
Serviços de terceiros	(3.061)	(3.026)
Arrendamentos e aluguéis	(39)	(49)
Seguros	(79)	(62)
Provisões	(3)	(2.940)
(-) Recuperação de despesas	408	340
Tributos	(75)	(62)
Depreciação e amortização	(3.045)	(2.874)
Gastos diversos*	(7.892)	(8.822)
Total Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(28.384)	(32.051)

***Gastos Diversos**
a) Custo de Construção

Correspondem aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009, deve ser registrada como custo. Em contrapartida, registramos também a receita correspondente, decorrente do direito de receber o valor investido através da tarifa, durante o período de permissão, bem como a indenização relativa à parcela não amortizada dos mesmos, ao final do mencionado período.

Custo de Construção	2019	2018
Custo de Construção	6.240	6.906
TOTAL	6.240	6.906

Nota 36 - Outros Ingressos/Receitas Operacionais

	2019	2018
Receita de compartilhamento de Infraestrutura	33	33
Ganhos na Alienação de Bens e Direitos	450	26
Receita de Construção*	6.240	6.906
Convenio arrecadação de iluminação pública	11	9
Total Outras Ingressos/Receitas Operacionais	6.734	6.974

***Receita de Construção**

Correspondem aos valores aplicados no ativo intangível e que, conforme a ITG 01 aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009, deve ser registrada como receita. Em contrapartida, registramos também o custo correspondente, decorrente do direito de receber o valor investido através da tarifa, durante o período de permissão, bem como a indenização relativa à parcela não amortizada dos mesmos, ao final do mencionado período.

Receita de Construção	2019	2018
Receita de Construção	6.240	6.906
TOTAL	6.240	6.906

Nota 37 – Outros Dispêndios/Despesas Operacionais

	2019	2018
Perdas na Desativação de Bens	852	540
Perdas na Alienação de Bens e Direitos	99	6
Perdas em Projetos não Executados	23	22
Total Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	974	568

Nota 38 – Seguros

A cooperativa efetua a contratação de seguros para os seus veículos, utilizados para deslocamentos em estradas intermunicipais e seguro de vida para os colaboradores, de acordo com o nível de risco existente e de obrigações contratuais.

Nota 39 – Nota Explicativa DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar as informações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Informações Trimestrais e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09– Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Nota 40 – Informações por Segmento e Atividades de Negócios
a) Segmentos e Atividades de Negócios

Distribuição de Energia: é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados e tem por finalidade: a) distribuir energia elétrica e garantir o livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; b) permitir o fornecimento de energia elétrica a consumidores; e quando for o caso, c) garantir o suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

b) Áreas Geográficas

A área de atuação, para efeito de admissão de associados e prestação de serviços a que se propõe são todas as localidades compreendidas pelas poligonais definidas em contratos e aditivos de permissão firmados com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

8. BALANÇO SOCIAL

1. BASE DE CÁLCULO		2019		2018			
Ingressos/Receita Líquida (RL)		73.437		55.601			
Resultado Operacional (RO)		6.958		6.111			
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		11.831		10.835			
2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS		R\$	% S/ FPB	% S/RL	R\$	% S/ FPB	% S/RL
Alimentação		326	2,76%	0,44%	314	2,90%	0,56%
Plano de Saúde Funcionários		405	3,42%	0,55%	365	3,37%	0,66%
Encargos Sociais (INSS)		1.716	14,50%	2,34%	2.284	21,08%	4,11%
Seguro Vida em Grupo		41	0,35%	0,06%	50	0,46%	0,09%
Educação e Treinamento		59	0,50%	0,08%	66	0,61%	0,12%
Segurança e Medicina Trabalho		54	0,46%	0,07%	248	2,29%	0,45%
Participação Resultados		897	7,58%	1,22%	822	7,59%	1,48%
TOTAL		3.498	29,57%	4,76%	4.149	38,30%	7,47%
3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS			%S/RO	%/RL		%S/RO	%/RL
Investimento em Veículos		658	9,46%	0,90%	124	2,03%	0,22%
Qualidade vida associados		381	5,48%	0,52%	167	2,73%	0,30%
Total Cooperantes		1.039	14,94%	1,42%	291	4,76%	0,52%
Tributos (excluído os encargos sociais)		13.361	192,02%	18,19%	11.201	183,29%	20,15%
TOTAL		14.400	206,96%	19,61%	11.492	188,05%	20,67%
4. INDICADORES AMBIENTAIS			%S/RO	%S/RL		%S/RO	%S/RL
Investimentos em programas ou projetos		-	-	-	-	-	-
5. INDICADORES CORPO FUNCIONAL							
Número de Funcionários final do período		122			113		
Número de Admissões no Período		10			9		
Número de Demissões		1			17		
Número de Mulheres		10			8		
Funcionários Deficientes		-			-		
Outros		-			-		
6. INFORMAÇÕES RELEVANTES- CIDADANIA EMPRESARIAL							
Relação entre a maior e menor Remuneração na empresa		12,03			9,5		
Número Total de acidentes trabalho		3			3		

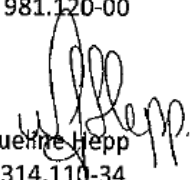
9. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento Ijuí Ltda - Ceriluz Distribuição, inscrita no CNPJ nº 87.656.989/0001-74, com sede na Rua Reinoldo Schindler, nº 100, bairro das Chácaras, na cidade de Ijuí-RS, em cumprimento ao Art. 43, inciso XI do Estatuto Social, nós abaixo assinados, tendo examinado o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Sobras/Perdas relativas ao exercício de 2019, bem como as demais demonstrações contábeis e notas explicativas, constatamos que expressam a real situação patrimonial, econômica e financeira da entidade, e por esta razão recomendamos a sua aprovação pelos associados presentes na assembleia.

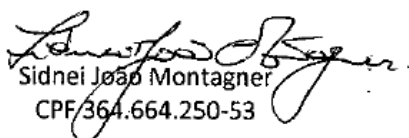
Ijuí (RS), 17 de março de 2020.



Carlos Karlinski
CPF 093.981.120-00



Nara Jaqueline Hepp
CPF 619.314.110-34



Sidnei João Montagner
CPF 364.664.250-53

10. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ilmos. Srs.
Conselheiros, Diretores e Associados da
**COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. -
CERILUZ**
Ijuí - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA E DESENVOLVIMENTO IJUÍ LTDA. - CERILUZ, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, que fazem parte das referidas demonstrações.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2019, o resultado de suas operações, as mutações no seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

RUA DR. FLORÊNCIO YGARTUA, 270 - 9º ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90430-010 • PORTO ALEGRE - RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 - ED.SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA - PR
www.nardonnasi.com.br • email.nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM - BACEN - OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97



NARDON / NASI
Auditors & Consultants

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



RUA DR. FLORÊNCIO YGARTUA, 270 – 9º ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90430-010 • PORTO ALEGRE – RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CI. 903 – ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA – PR
www.nardonnasi.com.br • email:nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM – BACEN – OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97

NARDON / NASI
Auditores & Consultores

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações das demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 21 de fevereiro de 2020.

NARDON, NASI - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-RS Nº 542 - CVM Nº 303/4 - OCB Nº 15



Antonio Carlos Nasi
Sócio Responsável
Contador CRC-RS n.º 13.494-O

RUA DR. FLORÊNCIO YGARTUA, 270 - 9º ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90430-010 • PORTO ALEGRE - RS
RUA EMILIANO PERNETA, 725/CJ. 903 - ED. SAINT LOUIS BUSINESS • FONE (41)3225.4341 • CEP 80420-080 • CURITIBA - PR
www.nardonnasi.com.br • email:nardonnasi@nardonnasi.com.br • Registros CVM - BACEN - OCB • CRCRS 542 • CNPJ 92.838.150/0001-97